



Demonstrações Contábeis Intermediárias - BrGaap

30 de Setembro de 2013

ÍNDICE GERAL

Demonstrativos Contábeis

Página

02

Notas Explicativas da Administração

09

Relatório dos Auditores Independentes

102

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Individual			Consolidado		
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
		(Nota 3 (s))	(Nota 3 (s))		(Nota 3 (s))	(Nota 3 (s))
CIRCULANTE	423.275.570	350.905.556	349.717.510	423.968.261	351.547.176	350.472.702
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	7.083.407	8.035.967	5.311.357	7.083.409	8.035.967	5.311.357
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	89.906.506	75.183.272	95.582.611	89.906.506	75.183.272	95.582.611
Aplicações no mercado aberto	83.957.873	72.104.596	93.192.743	83.957.873	72.104.596	93.192.743
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.949.100	3.078.757	2.390.175	5.949.100	3.078.757	2.390.175
Provisões para perdas	(467)	(81)	(307)	(467)	(81)	(307)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	109.384.248	91.877.035	78.415.726	109.954.793	92.375.479	78.803.291
Carteira própria - livre	70.524.614	57.146.000	51.938.445	71.095.159	57.644.444	52.326.063
Vinculados a compromissos de recompra	38.620.846	34.647.909	25.052.851	38.620.846	34.647.909	25.052.798
Vinculados a prestação de garantias	202		1.423.460	202		1.423.460
Vinculados ao Banco Central	920	998	970	920	998	970
Instrumentos financeiros derivativos	237.666	82.128		237.666	82.128	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	89.991.279	72.880.330	72.326.675	89.991.279	72.880.330	72.326.675
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.771.359	247.478	1.277.281	1.771.359	247.478	1.277.281
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	87.178.556	72.199.506	70.448.804	87.178.556	72.199.506	70.448.804
Correspondentes	1.041.364	433.346	600.590	1.041.364	433.346	600.590
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.004.289	713.650	292.665	1.004.289	713.650	292.665
Recursos em trânsito de terceiros	218	146	167	218	146	167
Transferências internas de recursos	1.004.071	713.504	292.498	1.004.071	713.504	292.498
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	90.811.500	72.168.700	71.095.493	90.811.500	72.168.700	71.095.493
Setor público	3.583.439	3.032.766	6.292.590	3.583.439	3.032.766	6.292.590
Setor privado	100.165.093	77.669.528	70.570.394	100.165.093	77.669.528	70.570.394
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	690.860	366.301	2.510.230	690.860	366.301	2.510.230
Provisão para operações de créditos	(13.627.892)	(8.899.895)	(8.277.721)	(13.627.892)	(8.899.895)	(8.277.721)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	34.060.533	29.091.187	25.704.920	34.182.677	29.234.363	26.072.547
Créditos por avais e fianças honrados	28.161	31.799	34.975	28.161	31.799	34.975
Carteira de câmbio	664.950	114.195	66.588	664.950	114.195	66.588
Rendas a receber	1.845.006	1.623.801	1.846.186	1.965.700	1.764.138	1.939.181
Negociação e intermediação de valores	55.535	4.714	135	55.535	4.714	135
Créditos específicos	708.105	692.906	672.164	708.105	692.906	672.164
Diversos	30.892.964	26.779.048	23.205.660	30.894.414	26.781.887	23.480.292
Provisão para outros créditos	(134.188)	(155.276)	(120.788)	(134.188)	(155.276)	(120.788)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.033.808	955.415	988.063	1.033.808	955.415	988.063
Outros valores e bens	909.931	798.227	752.395	909.931	798.227	752.395
Provisões para perdas	(27.090)	(103.028)	(107.468)	(27.090)	(103.028)	(107.468)
Despesas antecipadas	150.967	260.216	343.136	150.967	260.216	343.136
NÃO CIRCULANTE	435.262.732	352.034.110	323.758.303	434.389.327	351.347.795	322.899.815
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	45.535.926	46.588.282	47.103.640	45.535.926	46.588.282	47.103.640
Carteira própria - livre	10.678.455	32.586.271	20.973.052	10.678.455	32.586.271	20.972.999
Vinculados a compromissos de recompra	31.711.385	12.318.617	26.124.534	31.711.385	12.318.617	26.124.587
Vinculados a prestação de garantias	3.146.086	1.683.394	6.054	3.146.086	1.683.394	6.054
Vinculados ao Banco Central						
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	20.589.937	18.776.893	18.643.804	20.589.937	18.776.893	18.643.804
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	20.589.937	18.776.893	18.643.804	20.589.937	18.776.893	18.643.804
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	341.521.591	261.853.600	234.827.312	341.521.591	261.853.600	234.827.312
Setor público	32.595.373	24.871.263	18.791.344	32.595.373	24.871.263	18.791.344
Setor privado	314.048.792	245.740.679	226.334.247	314.048.792	245.740.679	226.334.247
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.688.492	2.058.966	3.688.492	3.688.492	2.058.966	3.688.492
Provisão para operações de créditos	(8.811.066)	(10.817.308)	(10.298.279)	(8.811.066)	(10.817.308)	(10.298.279)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	18.448.311	16.560.759	15.112.021	18.448.311	16.560.759	14.840.225
Diversos	18.630.227	16.609.378	15.155.023	18.630.227	16.609.378	14.883.227
Provisão para outros créditos	(181.916)	(48.619)	(43.002)	(181.916)	(48.619)	(43.002)
PERMANENTE	9.166.967	8.254.576	8.071.526	8.293.562	7.568.261	7.484.834
INVESTIMENTOS (Nota 11)	4.045.342	3.964.971	3.812.764	3.171.936	3.278.656	3.226.071
Participações em coligadas e controladas:	3.837.416	3.727.613	3.585.977	2.964.010	3.041.298	2.999.284
- No país	3.837.416	3.726.366	3.584.813	2.964.010	3.040.051	2.998.120
- No exterior		1.247	1.164		1.247	1.164
Outros investimentos	295.002	256.039	245.478	295.002	256.039	245.478
Provisão para perdas	(87.076)	(18.681)	(18.691)	(87.076)	(18.681)	(18.691)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	2.768.501	2.164.942	2.115.215	2.768.502	2.164.942	2.115.216
Imóveis de uso	731.530	310.261	322.940	731.530	310.261	322.940
Reavaliações de imóveis de uso	743.022	744.011	805.234	743.022	744.011	805.234
Outras imobilizações de uso	5.304.075	4.697.398	4.450.097	5.304.077	4.697.398	4.450.098
Depreciações acumuladas	(4.010.126)	(3.586.728)	(3.463.056)	(4.010.127)	(3.586.728)	(3.463.056)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.353.124	2.122.238	2.137.695	2.353.124	2.122.238	2.137.695
Ativos intangíveis	3.345.134	2.990.846	2.922.354	3.345.134	2.990.846	2.922.354
Amortizações acumuladas	(992.010)	(868.608)	(784.659)	(992.010)	(868.608)	(784.659)
DIFERIDO		2.425	5.852		2.425	5.852
Gastos de organização e expansão		38.466	56.045		38.466	56.045
Amortizações acumuladas		(36.041)	(50.193)		(36.041)	(50.193)
T O T A L	858.538.302	702.939.666	673.475.813	858.357.588	702.894.971	673.372.517

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual			Consolidado		
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
		(Nota 3 (s))	(Nota 3 (s))		(Nota 3 (s))	(Nota 3 (s))
CIRCULANTE	536.403.136	442.926.329	439.482.755	536.222.422	442.881.634	439.379.459
DEPÓSITOS (Nota 14)	292.985.116	279.990.109	270.468.611	292.697.205	279.989.979	270.464.921
Depósitos à vista	24.651.206	27.381.103	22.660.127	24.641.689	27.381.099	22.660.127
Depósitos de poupança	199.755.476	175.566.036	169.726.972	199.755.476	175.566.036	169.726.972
Depósitos interfinanceiros	1.149.443	10.260.691	8.332.815	1.149.443	10.260.691	8.332.815
Depósitos a prazo	56.016.940	57.516.733	59.166.318	55.738.546	57.516.607	59.162.628
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.412.051	9.265.546	10.582.379	11.412.051	9.265.546	10.582.379
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	146.771.653	90.984.561	107.333.825	146.688.080	90.785.152	107.133.566
Carteira própria	68.201.283	44.478.327	52.219.732	68.117.710	44.278.918	52.019.473
Carteira de terceiros	78.570.370	46.506.234	55.114.093	78.570.370	46.506.234	55.114.093
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	34.283.830	16.835.519	13.291.083	34.283.830	16.835.519	13.291.083
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	30.919.711	13.708.836	13.291.083	30.919.711	13.708.836	13.291.083
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	3.364.119	3.126.683		3.364.119	3.126.683	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.796.291	372.381	1.504.084	2.796.291	372.381	1.504.084
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.779.804	358.957	1.493.999	2.779.804	358.957	1.493.999
Correspondentes	16.487	13.424	10.085	16.487	13.424	10.085
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	921.953	1.385.371	524.077	921.953	1.385.371	524.077
Recursos em trânsito de terceiros	471.569	1.262.980	456.266	471.569	1.262.980	456.266
Transferências internas de recursos	450.384	122.391	67.811	450.384	122.391	67.811
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	857.612	43.300	5.282	857.612	43.300	5.327
Empréstimos no país - Outras instituições						45
Empréstimos no exterior	857.612	43.300	5.282	857.612	43.300	5.282
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.747.744	2.356.114	2.541.350	1.747.744	2.356.114	2.541.350
TESOURO NACIONAL - PIS	533.295	348.806	450.062	533.295	348.806	450.062
BNDES	551.276	1.633.823	1.635.989	551.276	1.633.823	1.635.989
FGTS	660.850	371.285	432.935	660.850	371.285	432.935
Outras	2.323	2.200	22.364	2.323	2.200	22.364
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	24.575	539	522	24.575	539	522
Instrumentos financeiros derivativos	24.575	539	522	24.575	539	522
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	56.014.362	50.958.435	43.813.921	56.205.132	51.113.279	43.914.529
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.035.939	258.984	758.862	1.035.939	258.984	758.862
Carteira de câmbio	48.296	93.105	60.821	48.296	93.105	60.821
Sociais e estatutárias	1.575.527	5.660.303	1.764.690	1.575.527	5.660.303	1.764.690
Fiscais e previdenciárias	1.726.305	1.656.481	1.347.842	1.916.699	1.811.050	1.448.250
Negociação e intermediação de valores	24.343	5.075	45.647	24.343	5.075	45.647
Dívidas subordinadas - elegíveis a capital	844.292	989.075		844.292	989.075	
Recursos para destinação específica:	8.724.299	7.629.604	6.773.906	8.724.299	7.629.604	6.773.906
- Obrigações de operações com loterias	667.583	1.237.388	595.453	667.583	1.237.388	595.453
- Obrigações por fundos e programas sociais	7.648.127	5.893.513	5.796.095	7.648.127	5.893.513	5.796.095
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	408.589	498.703	382.358	408.589	498.703	382.358
Diversas	42.035.361	34.665.808	33.062.153	42.035.737	34.666.083	33.062.353
NÃO CIRCULANTE	295.561.370	235.540.610	210.558.836	295.561.370	235.540.610	210.558.836
DEPÓSITOS (Nota 14)	59.276.761	39.050.915	32.812.604	59.276.761	39.050.915	32.812.604
Depósitos interfinanceiros	98.671	32.742	31.735	98.671	32.742	31.735
Depósitos a prazo	59.178.090	39.018.173	32.780.869	59.178.090	39.018.173	32.780.869
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	2.306.989	3.123.417	1.764.206	2.306.989	3.123.417	1.764.206
Carteira própria	2.306.989	3.123.417	1.764.206	2.306.989	3.123.417	1.764.206
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	38.525.508	32.167.675	26.400.179	38.525.508	32.167.675	26.400.179
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	38.525.508	32.167.675	26.400.179	38.525.508	32.167.675	26.400.179
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	668.820		2.496	668.820		2.496
Empréstimos no exterior	668.820		2.496	668.820		2.496
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	146.470.317	121.381.325	109.494.672	146.470.317	121.381.325	109.494.672
TESOURO NACIONAL - PIS	95.048	406.796	270.700	95.048	406.796	270.700
BNDES	21.015.537	15.922.207	11.978.783	21.015.537	15.922.207	11.978.783
FGTS	124.651.738	104.424.931	97.117.400	124.651.738	104.424.931	97.117.400
Outras	707.994	627.391	127.789	707.994	627.391	127.789
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	48.312.975	39.817.278	40.084.679	48.312.975	39.817.278	40.084.679
Fiscais e previdenciárias	156.496	162.625	179.485	156.496	162.625	179.485
Dívidas subordinadas - elegíveis a capital	11.178.666	11.201.660	12.016.184	11.178.666	11.201.660	12.016.184
Instrum. híbridos de capital e dívida - elegíveis a capital	36.977.813	28.452.993	27.889.010	36.977.813	28.452.993	27.889.010
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	26.573.796	24.472.727	23.434.222	26.573.796	24.472.727	23.434.222
Capital social:	22.054.802	22.054.802	16.654.802	22.054.802	22.054.802	16.654.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	26.325.236	20.925.235	35.000.000	26.325.236	20.925.235
- Capital a realizar	(12.945.198)	(4.270.434)	(4.270.433)	(12.945.198)	(4.270.434)	(4.270.433)
Reservas de capital	134			134		
Reserva de reavaliação	407.673	423.165	453.130	407.673	423.165	453.130
Reservas de lucros	3.062.938	2.693.064	4.459.454	3.062.938	2.693.064	4.459.454
Ajuste de avaliação patrimonial	(595.469)	(698.304)	1.039.228	(595.469)	(698.304)	1.039.228
Lucros Acumulados	1.643.718		827.608	1.643.718		827.608
T O T A L	858.538.302	702.939.666	673.475.813	858.357.588	702.894.971	673.372.517

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual				Consolidado			
	2013		2012		2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	19.689.201	51.929.275	14.417.094	42.970.199	19.689.201	51.929.275	14.417.094	42.970.199
Operações de crédito (Nota 8 (e))	12.478.545	33.303.779	8.652.587	25.190.200	12.478.545	33.303.779	8.652.587	25.190.200
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	5.194.733	11.760.284	4.456.495	14.291.460	5.194.733	11.760.284	4.456.495	14.291.460
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	384.707	2.342.891	(108.009)	(1.012.030)	384.707	2.342.891	(108.009)	(1.012.030)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(138.764)	(324.250)	4.912	14.434	(138.764)	(324.250)	4.912	14.434
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	1.674.162	4.573.093	1.347.061	4.369.393	1.674.162	4.573.093	1.347.061	4.369.393
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	95.818	273.478	64.048	116.742	95.818	273.478	64.048	116.742
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(14.425.546)	(37.478.490)	(10.499.986)	(30.869.570)	(14.417.935)	(37.461.104)	(10.495.720)	(30.843.781)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(9.684.737)	(24.205.660)	(6.851.466)	(20.226.825)	(9.677.126)	(24.188.274)	(6.847.200)	(20.201.036)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(2.322.831)	(6.440.083)	(1.690.096)	(5.049.325)	(2.322.831)	(6.440.083)	(1.690.096)	(5.049.325)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(62.587)	(155.727)	(14.203)	(14.203)	(62.587)	(155.727)	(14.203)	(14.203)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (h))	(2.355.391)	(6.677.020)	(1.944.221)	(5.579.217)	(2.355.391)	(6.677.020)	(1.944.221)	(5.579.217)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.263.655	14.450.785	3.917.108	12.100.629	5.271.266	14.468.171	3.921.374	12.126.418
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.581.581)	(9.657.897)	(2.694.132)	(8.003.760)	(3.586.969)	(9.672.368)	(2.697.702)	(8.025.114)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	3.481.996	10.056.586	3.055.243	8.824.274	3.481.996	10.056.586	3.055.243	8.824.274
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	726.941	1.984.163	588.962	1.669.199	726.941	1.984.163	588.962	1.669.199
Despesas de pessoal (Nota 24)	(3.956.313)	(11.470.263)	(3.203.985)	(9.421.981)	(3.956.664)	(11.471.509)	(3.204.615)	(9.423.365)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.448.951)	(6.963.641)	(2.166.176)	(6.143.380)	(2.449.170)	(6.965.494)	(2.166.690)	(6.147.755)
Despesas tributárias (Nota 29)	(633.344)	(1.761.375)	(477.694)	(1.498.742)	(633.408)	(1.761.491)	(477.700)	(1.499.130)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	116.780	270.258	(14.847)	138.128	103.409	246.322	(24.696)	113.450
Outras receitas operacionais (Nota 26)	2.430.431	7.746.768	1.885.043	5.507.480	2.439.048	7.759.448	1.892.475	5.516.957
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(3.299.121)	(9.520.393)	(2.360.678)	(7.078.738)	(3.299.121)	(9.520.393)	(2.360.681)	(7.078.744)
RESULTADO OPERACIONAL	1.682.074	4.792.888	1.222.976	4.096.869	1.684.297	4.795.803	1.223.672	4.101.304
RESULTADO NAO OPERACIONAL (Nota 28)	25.600	10.901	(41.653)	(133.800)	25.600	10.901	(41.653)	(133.800)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.707.674	4.803.789	1.181.323	3.963.069	1.709.897	4.806.704	1.182.019	3.967.504
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	347.694	772.492	523.528	881.556	345.471	769.577	522.832	877.121
Tributos correntes	(156.035)	(749.058)	8.849	(387.588)	(158.254)	(751.971)	8.149	(392.032)
Ativo fiscal diferido	459.361	1.699.793	434.340	1.461.808	459.357	1.699.791	434.344	1.461.816
Passivo fiscal diferido	44.368	(178.243)	80.339	(192.664)	44.368	(178.243)	80.339	(192.663)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(190.009)	(570.320)	(354.643)	(648.069)	(190.009)	(570.320)	(354.643)	(648.069)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.865.359	5.005.961	1.350.208	4.196.556	1.865.359	5.005.961	1.350.208	4.196.556

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802		464.595	1.366.024	2.713.757	(137.798)		19.561.380
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (s))						973.857		973.857
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						203.169		203.169
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	1.500.000							1.500.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			8.302					8.302
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(9.042)	(9.042)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(19.767)				19.767	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE							(1.883.379)	(1.883.379)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							4.196.556	4.196.556
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				142.317			(142.317)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					237.356		(237.356)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(802.855)	(802.855)
Dividendos propostos							(313.766)	(313.766)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 (Nota 3 (s))	16.654.802		453.130	1.508.341	2.951.113	1.039.228	827.608	23.434.222
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (s))	22.054.802		423.165	1.669.327	1.023.737	(698.304)		24.472.727
MOVIMENTAÇÃO GANHOS E PERDAS ATUARIAIS CPC 33(R1) (Nota 3 (s))						233.687		233.687
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(130.852)		(130.852)
PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES DE COLIGADAS E CONTROLADAS		134						134
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			6.128					6.128
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(13.990)	(13.990)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(21.620)				21.620	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE							(1.994.352)	(1,994.352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							5.005.961	5.005.961
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				157.030			(157.030)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					212.844		(212.844)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(928.331)	(928.331)
Dividendos propostos							(77.316)	(77.316)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013	22.054.802	134	407.673	1.826.357	1.236.581	(595.469)	1.643.718	26.573.796

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 (Nota 3 (s))	15.154.802		458.274	1.508.341	2.951.113	691.364	1.607.909	22.371.803
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						347.864		347.864
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRÁS ON (Nota 19 (a))	1.500.000							1.500.000
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			2.745					2.745
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(4.229)	(4.229)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(7.889)				7.889	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE							(1.883.379)	(1.883.379)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							1.350.208	1.350.208
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: Juros sobre o capital próprio propostos							(250.790)	(250.790)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 (Nota 3 (s))	16.654.802		453.130	1.508.341	2.951.113	1.039.228	827.608	23.434.222

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	22.054.802		413.750	1.826.357	1.236.581	(1.420.908)	1.501.970	25.612.552
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						825.439		825.439
PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES DE COLIGADAS E CONTROLADAS		134						134
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			1.592					1.592
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(8.596)	(8.596)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(7.669)				7.669	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE							(1.413.195)	(1.413.195)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							1.865.359	1.865.359
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: Juros sobre o capital próprio propostos							(309.489)	(309.489)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013	22.054.802	134	407.673	1.826.357	1.236.581	(595.469)	1.643.718	26.573.796

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual				Consolidado			
	2013		2012		2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	6.293.191	17.326.344	3.873.405	9.685.816	6.306.566	17.350.282	3.883.254	9.710.494
Lucro Líquido	1.865.359	5.005.961	1.350.208	4.196.556	1.865.359	5.005.961	1.350.208	4.196.556
Ajustes ao Lucro Líquido:	4.427.832	12.320.383	2.523.197	5.489.260	4.441.207	12.344.321	2.533.046	5.513.938
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	1.530.155	3.118.554	210.648	(1.149.131)	1.530.155	3.118.554	210.648	(1.149.131)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.355.391	6.677.020	1.944.221	5.579.217	2.355.391	6.677.020	1.944.221	5.579.217
Baixa créditos FGO	(467.082)	(467.082)	-	-	(467.082)	(467.082)	-	-
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	175.996	527.988	60.294	196.254	175.996	527.988	60.294	196.254
Depreciações e Amortizações	298.690	870.466	255.835	675.764	298.690	870.466	255.835	675.764
Impostos Diferidos	(503.729)	(1.521.550)	(514.679)	(1.542.147)	(503.725)	(1.521.548)	(514.679)	(1.542.147)
Despesas com provisões para causas judiciais	419.953	792.759	16.235	398.548	419.953	792.759	16.235	398.548
Resultado de Participação em Coligadas	(116.780)	(270.258)	14.847	(138.128)	(103.409)	(246.322)	24.696	(113.450)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	735.238	2.592.486	535.796	1.468.883	735.238	2.592.486	535.796	1.468.883
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(1.891.359)	(11.658.649)	40.293.289	57.089.889	(1.904.734)	(11.682.587)	40.285.648	58.025.153
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.749.349	(10.042.001)	(227.741)	(326.278)	3.749.349	(10.042.001)	(227.741)	(326.278)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	2.809.814	(20.843.960)	5.249.771	(5.182.379)	2.809.814	(20.843.960)	5.249.771	(5.182.379)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	(1.164.078)	(176.196)	(1.403.986)	(1.856.376)	(1.199.415)	(248.290)	(1.311.060)	(1.831.435)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	(1.136.667)	4.720.836	10.198.978	12.773.127	(1.136.667)	4.720.836	10.198.978	12.773.127
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(6.676.099)	(14.979.050)	(2.363.307)	(8.276.779)	(6.676.099)	(14.979.050)	(2.363.307)	(8.276.779)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	89.368	(1.521.034)	(624.402)	(845.726)	89.368	(1.521.034)	(624.402)	(845.726)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(453.710)	(754.058)	79.770	(862.946)	(453.710)	(754.058)	79.770	(862.946)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(32.155.202)	(101.032.546)	(24.387.742)	(72.439.799)	(32.155.202)	(101.032.546)	(24.387.742)	(72.439.799)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(4.625.032)	(6.856.897)	(6.888.177)	(7.660.710)	(4.671.284)	(6.602.179)	(6.921.399)	(7.387.815)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	27.930	(78.392)	33.660	(644)	27.930	(78.392)	33.660	(644)
(Redução) Aumento em Depósitos	9.812.521	33.220.854	18.014.500	43.434.240	9.798.338	33.206.797	18.015.849	43.448.487
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	12.757.179	54.970.663	21.727.399	52.806.740	12.759.633	55.172.527	21.756.546	53.489.814
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	7.889.588	23.806.143	9.346.028	18.613.718	7.889.588	23.806.143	9.346.028	18.613.718
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	24.051	24.036	(38)	(305)	24.051	24.036	(38)	(305)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.894.616	25.963.754	11.001.442	26.423.475	8.894.616	25.963.754	11.001.487	26.423.520
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(1.734.987)	1.919.199	537.134	490.531	(1.655.044)	1.524.830	439.248	430.593
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.401.832	5.667.695	44.166.694	66.775.705	4.401.832	5.667.695	44.168.902	67.735.647
Alienação de Investimentos	(1.140)	(1.140)	-	-	(1.140)	(1.140)	-	-
Alienação de Imobilizado de Uso	-	72.486	6.535	9.771	-	72.486	6.535	9.771
Aquisição de Investimentos	-	-	(12.367)	(34.401)	-	-	(14.575)	(994.343)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(272.220)	(1.043.636)	(165.980)	(480.909)	(272.220)	(1.043.636)	(165.980)	(480.909)
Aquisição de Intangível	(473.425)	(966.732)	(107.879)	(391.778)	(473.425)	(966.732)	(107.879)	(391.778)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(746.785)	(1.939.022)	(279.691)	(897.317)	(746.785)	(1.939.022)	(281.899)	(1.857.259)
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.655.047	3.728.673	43.887.003	65.878.388	3.655.047	3.728.673	43.887.003	65.878.388
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do Período	79.271.388	79.197.762	54.617.097	32.625.712	79.271.388	79.197.762	54.617.097	32.625.712
Caixa e Equivalentes no fim do período	82.926.435	82.926.435	98.504.100	98.504.100	82.926.435	82.926.435	98.504.100	98.504.100
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.655.047	3.728.673	43.887.003	65.878.388	3.655.047	3.728.673	43.887.003	65.878.388
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES								
Juros pagos	11.557.181	31.263.932	8.984.191	27.742.666	11.557.181	31.263.932	8.984.191	27.742.666
Juros recebidos	20.994.112	47.888.784	13.200.625	40.595.308	20.994.112	47.888.784	13.200.625	40.595.308
Dividendos recebidos	2	2	80	295	2	2	8.633	16.466

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2013				2012				2013				2012			
	3º trimestre		Acumulado setembro		3º trimestre		Acumulado setembro		3º trimestre		Acumulado setembro		3º trimestre		Acumulado setembro	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	23.998.778		65.050.673		17.960.468		53.258.134		24.007.395		65.063.353		17.967.900		53.267.611	
Intermediação financeira	19.689.201		51.929.275		14.417.094		42.970.199		19.689.201		51.929.275		14.417.094		42.970.199	
Prestação de serviços com tarifas	4.208.937		12.040.749		3.644.205		10.493.473		4.208.937		12.040.749		3.644.205		10.493.473	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(2.355.391)		(6.677.020)		(1.944.221)		(5.579.217)		(2.355.391)		(6.677.020)		(1.944.221)		(5.579.217)	
Outras	2.456.031		7.757.669		1.843.390		5.373.679		2.464.648		7.770.349		1.850.822		5.383.156	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.070.155		30.801.470		8.555.765		25.290.353		12.062.544		30.784.084		8.551.499		25.264.564	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.160.546		14.770.769		4.046.623		11.879.765		5.160.765		14.772.622		4.047.139		11.884.142	
Materiais, energia e outros	530.835		1.523.758		542.123		1.504.821		530.847		1.524.398		542.278		1.505.190	
Processamento de dados e comunicações	426.303		1.262.949		376.844		1.169.064		426.303		1.262.949		376.844		1.169.064	
Propaganda, publicidade e promoções	181.846		472.149		161.587		424.535		181.846		472.149		161.587		424.535	
Serviços de terceiros e especializados	505.425		1.429.271		428.553		1.180.542		505.632		1.430.484		428.911		1.184.544	
Serviços de vigilância e segurança	217.016		562.249		176.838		522.065		217.016		562.249		176.838		522.065	
Outras	3.299.121		9.520.393		2.360.678		7.078.738		3.299.121		9.520.393		2.360.681		7.078.744	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	365.911		1.052.873		297.758		905.211		365.911		1.052.873		297.758		905.211	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	520.324		1.522.740		441.585		1.228.414		520.324		1.522.740		441.585		1.228.414	
- Descontos de operações de crédito	75.875		237.797		115.060		317.938		75.875		237.797		115.060		317.938	
- Despesas com cartão de crédito/débito	271.173		726.889		250.899		647.459		271.173		726.889		250.899		647.459	
- Benefício pós-emprego	175.996		527.988		148.094		445.191		175.996		527.988		148.094		445.191	
- Provisões operacionais diversas	1.496.878		4.272.831		775.195		2.585.680		1.496.878		4.272.831		775.195		2.585.680	
- Demais	392.964		1.179.275		332.087		948.845		392.964		1.179.275		332.090		948.851	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	6.768.077		19.478.434		5.358.080		16.088.016		6.784.086		19.506.647		5.369.262		16.118.905	
5. RETENÇÕES	298.690		870.466		255.835		675.765		298.690		870.466		255.835		675.765	
Depreciação, amortização e exaustão	298.690		870.466		255.835		675.765		298.690		870.466		255.835		675.765	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	6.469.387		18.607.968		5.102.245		15.412.251		6.485.396		18.636.181		5.113.427		15.443.140	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	116.780		270.258		(14.847)		138.128		103.409		246.322		(24.696)		113.450	
Resultado da equivalência patrimonial	116.780		270.258		(14.847)		138.128		103.409		246.322		(24.696)		113.450	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	6.586.167	100,00	18.878.226	100,00	5.087.398	100,00	15.550.379	100,00	6.588.805	100,00	18.882.503	100,00	5.088.731	100,00	15.556.590	100,00
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.586.167	100,00	18.878.226	100,00	5.087.398	100,00	15.550.379	100,00	6.588.805	100,00	18.882.503	100,00	5.088.731	100,00	15.556.590	100,00
Pessoal	3.617.900	54,93	10.496.919	55,60	3.090.490	60,75	8.723.906	56,10	3.618.251	54,92	10.498.165	55,60	3.091.121	60,74	8.725.294	56,09
- Remuneração direta	2.690.036		7.817.285		2.405.385		6.728.286		2.690.365		7.818.463		2.405.991		6.729.619	
- Benefícios	757.631		2.181.020		534.701		1.558.420		757.631		2.181.020		534.701		1.558.420	
- FGTS	170.233		498.614		150.404		437.200		170.255		498.682		150.429		437.255	
Impostos, taxas e contribuições	814.073	12,36	2.532.548	13,42	422.304	8,30	1.963.329	12,63	816.360	12,39	2.535.579	13,43	423.006	8,31	1.968.152	12,65
- Federais	685.941		2.125.910		316.682		1.631.708		688.228		2.128.934		317.384		1.636.157	
- Estaduais	62		520		134		494		62		520		134		494	
- Municipais	128.070		406.118		105.488		331.127		128.070		406.125		105.488		331.501	
Remuneração de capitais de terceiros	288.835	4,39	842.798	4,46	224.396	4,41	666.588	4,29	288.835	4,38	842.798	4,46	224.396	4,41	666.588	4,28
- Aluguéis	288.835		842.798		224.396		666.588		288.835		842.798		224.396		666.588	
Remuneração de capitais próprios	309.489	4,70	1.005.647	5,33	250.790	4,93	1.116.621	7,18	309.489	4,70	1.005.647	5,33	250.790	4,93	1.116.621	7,18
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	309.489		1.005.647		250.790		1.116.621		309.489		1.005.647		250.790		1.116.621	
Lucros retidos	1.555.870	23,62	4.000.314	21,19	1.099.418	21,61	3.079.935	19,81	1.555.870	23,61	4.000.314	21,19	1.099.418	21,60	3.079.935	19,80

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	20
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	20
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	21
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	32
Nota 8 – Carteira de crédito	34
Nota 9 – Outros créditos.....	40
Nota 10 – Outros valores e bens	43
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	44
Nota 12 – Imobilizado de uso	45
Nota 13 – Intangível e diferido.....	46
Nota 14 – Depósitos	47
Nota 15 – Captações no mercado aberto	52
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	53
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	55
Nota 18 – Outras obrigações.....	56
Nota 19 – Patrimônio líquido	62
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)...	63
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	68
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	68
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	69
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	70
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	71
Nota 26 – Outras receitas operacionais	72
Nota 27 – Outras despesas operacionais	73
Nota 28 – Resultado não operacional	74
Nota 29 – Despesas tributárias	75
Nota 30 – Provisões para causas judiciais.....	76
Nota 31 – Partes relacionadas	79
Nota 32 – Benefícios a empregados	81
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	89
Nota 34 – Outras informações.....	100
Nota 35 – Eventos subsequentes.....	101

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal - CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, com capital exclusivamente integralizado pela União, vinculada ao Ministério da Fazenda.

É uma instituição integrante do sistema financeiro nacional que tem como objetivo auxiliar na execução da política de crédito do Governo Federal, e está sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela.

Áreas de atuação

A CAIXA desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e de crédito rural, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal sendo o seu principal agente de políticas públicas.

No exercício dessas atividades, executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras financeiras, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, saneamento e infraestrutura, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de realizar operações relacionadas à emissão e à administração de cartões.

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB) e o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria (Nota 34 (a)).

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, por meio da sua subsidiária integral CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR (Nota 11), conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias**(a) Contexto geral**

As demonstrações contábeis intermediárias individuais (“CAIXA INDIVIDUAL”) e consolidadas (“CAIXA CONSOLIDADO”) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2013 foram aprovadas pela deliberação do Conselho de Administração em 18 de novembro de 2013.

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico, aprovado pela Resolução CMN nº 4.144/2012; **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008; **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008; **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009; **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011; **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011; **CPC 24** Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011; e **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e práticas contábeis adotadas no Brasil. Contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(c) Base de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação. As demonstrações contábeis intermediárias da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação não controladora. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificadas por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis intermediárias.

Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo e contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de que os instrumentos de dívida e os instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, apresentam problemas de recuperação, incluindo:

- O declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;

- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado.

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;

(f) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados na data do início da operação conforme a sua finalidade podendo ser destinados à proteção contra riscos (hedge) ou não, de acordo com a intenção da Administração, em conformidade com as disposições da Circular BACEN nº. 3.082/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- Hedge de Risco de Mercado: Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Hedge de Fluxo de Caixa: A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos adquiridos para proteger o risco cambial com a emissão de títulos CAIXA foram classificados como hedge contábil e classificados na forma de hedge de Risco de Mercado. O instrumento de hedge utilizado foi o Swap no mesmo valor da obrigação assumida. O Swap contratado permite que a CAIXA fique ativa em variação cambial mais taxa de juros e passiva em CDI, anulando o risco da variação cambial da dívida assumida. Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap. Detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento do Risco Corporativo (Nota 33).

(h) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A partir de janeiro de 2012, conforme Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações, por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e respectivas garantias. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo especial (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na classificação dos riscos de crédito.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas. Na CAIXA, representam basicamente a antecipação das contribuições ordinárias ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

(k) Investimentos

Nas demonstrações contábeis intermediárias, os investimentos em empresas cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

(l) Imobilizado

Estão incluídos neste grupo os valores de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios.

Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual. O valor depreciável do ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras.

Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

(m) Intangível

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de Projetos Logiciais de Software e de Aquisição de Folhas de Pagamento, que se referem a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento	Até 5 anos

(n) Redução ao Valor Recuperável (impairment)

A CAIXA promove ao final de cada período a avaliação de seus ativos no intuito de verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda ao seu valor recuperável.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos.

Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(p) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

Ativos contingentes – surgem de eventos não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos. São avaliados periodicamente para garantir que seus efeitos sejam refletidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo é reconhecido nas demonstrações do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade apenas divulga o ativo contingente. Não há ativos contingentes reconhecidos como prováveis pela CAIXA.

Provisões para causas judiciais – são constituídas nas demonstrações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

Passivos contingentes – causas judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(q) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19.

Para os planos de benefício definido (BD), o CPC 33 (R1) estabeleceu alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento se aplica a partir de 1 de janeiro de 2013 e implica no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta, outros ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(r) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

(s) Reapresentação de Saldos Comparativos

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de 31/12/2012 e de 30/09/2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo CPC 33 (R1)– Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor”. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33, onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis intermediárias tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Os reconhecimentos em resultado provenientes da aplicação do CPC 33 (R1) são imateriais, desta forma, os componentes da Demonstração do Resultado não estão sendo reapresentados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos da rerepresentação dos componentes patrimoniais são demonstrados a seguir, destacando-se que os impactos destes ajustes na base de créditos tributários considerando a realização em 10 anos também são imateriais.

Descrição	01/01/2012 a 30/09/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	349.717.510	350.472.702	-	-	349.717.510	350.472.702
Não Circulante	323.758.303	322.899.815	-	-	323.758.303	322.899.815
Total do Ativo	673.475.813	673.372.517			673.475.813	673.372.517
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	440.456.612	440.353.316	(973.857)	(973.857)	439.482.755	439.379.459
Outras Obrigações	44.787.778	44.888.386	(973.857)	(973.857)	43.813.921	43.914.529
Diversas	34.036.010	34.036.210	(973.857)	(973.857)	33.062.153	33.062.353
Não Circulante	210.558.836	210.558.836	-	-	210.558.836	210.558.836
Patrimônio Líquido	22.460.365	22.460.365	973.857	973.857	23.434.222	23.434.222
Ajuste de Avaliação Patrimonial	65.371	65.371	973.857	973.857	1.039.228	1.039.228
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	673.475.813	673.372.517			673.475.813	673.372.517

Descrição	31/12/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	350.905.556	351.547.176	-	-	350.905.556	351.547.176
Não Circulante	352.034.110	351.347.795	-	-	352.034.110	351.347.795
Total do Ativo	702.939.666	702.894.971			702.939.666	702.894.971
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	442.342.112	442.297.417	584.217	584.217	442.926.329	442.881.634
Outras Obrigações	50.374.218	50.529.062	584.217	584.217	50.958.435	51.113.279
Diversas	34.081.591	34.081.866	584.217	584.217	34.665.808	34.666.083
Não Circulante	235.540.610	235.540.610	-	-	235.540.610	235.540.610
Patrimônio Líquido	25.056.944	25.056.944	(584.217)	(584.217)	24.472.727	24.472.727
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(114.087)	(114.087)	(584.217)	(584.217)	(698.304)	(698.304)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	702.939.666	702.894.971			702.939.666	702.894.971

(t) Eventos Subsequentes

Tratam-se de eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis intermediárias e a data autorizada para emissão dessas demonstrações. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis intermediárias;
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis intermediárias;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Total de Disponibilidades (caixa)	7.083.407	8.035.967	5.311.357
Disponibilidade em moeda nacional	6.989.230	6.534.096	5.234.910
Disponibilidade em moeda estrangeira	94.177	1.501.871	76.447
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	75.843.028	71.161.795	93.192.743
Total	82.926.435	79.197.762	98.504.100

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	5.395.736	-	5.395.736	25.612.121	38.106.490
Letras Financeiras do Tesouro	1.117.455	-	1.117.455	5.448.911	-
Letras do Tesouro Nacional	4.278.281	-	4.278.281	18.993.220	10.969.903
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.169.990	27.136.587
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	78.562.137	-	78.562.137	46.492.475	55.086.253
Letras Financeiras do Tesouro	4.819.250	-	4.819.250	14.485.765	400.525
Letras do Tesouro Nacional	32.480.421	-	32.480.421	11.295.496	15.081.923
Notas do Tesouro Nacional	41.262.466	-	41.262.466	20.711.214	39.603.805
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.128.637	3.819.996	5.948.633	3.078.676	2.389.868
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.128.698	3.820.402	5.949.100	3.078.757	2.390.175
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(61)	(406)	(467)	(81)	(307)
Total - ativo circulante	86.086.510	3.819.996	89.906.506	75.183.272	95.582.611

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe "Resultado com instrumentos financeiros derivativos" na Demonstração do Resultado

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Rendas de aplicações no mercado aberto	2.279.588	5.222.673	1.690.199	4.555.284
Posição bancada	425.024	1.418.006	665.551	1.284.571
Posição financiada	1.854.564	3.804.667	1.024.648	3.270.713
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	83.125	189.590	40.296	129.599
Total	2.362.713	5.412.263	1.730.495	4.684.883

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL					Total
	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos	64.612.474	69.966.843	3.146.288	920	-	137.726.525
Letras Financeiras do Tesouro	493.622	4.533.143	4.924	-	-	5.031.689
Letras do Tesouro Nacional	60.850.105	38.882.405	3.139.130	-	-	102.871.640
Notas do Tesouro Nacional	3.257.894	26.551.295	2.234	920	-	29.812.343
Tesouro Nacional/ Securitizados	10.853	-	-	-	-	10.853
Títulos - Empresas	16.590.595	365.388	-	-	-	16.955.983
Debêntures	6.490.685	365.388	-	-	-	6.856.073
Letras de Crédito Imobiliário	529.026	-	-	-	-	529.026
Letras Financeiras	206.368	-	-	-	-	206.368
Cotas de Fundos	41.688	-	-	-	-	41.688
Certificado de Recebíveis Imobiliários	898.039	-	-	-	-	898.039
Ações	8.424.789	-	-	-	-	8.424.789
Outros	-	-	-	-	237.666	237.666
Total em 30/09/2013	81.203.069	70.332.231	3.146.288	920	237.666	154.920.174
Total em 31/12/2012	89.732.271	46.966.526	1.683.394	998	82.128	138.465.317
Total em 30/09/2012	72.911.497	51.177.385	1.429.514	970	-	125.519.366

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos	64.612.474	69.966.843	3.146.288	920	-	137.726.525
Letras Financeiras do Tesouro	493.622	4.533.143	4.924	-	-	5.031.689
Letras do Tesouro Nacional	60.850.105	38.882.405	3.139.130	-	-	102.871.640
Notas do Tesouro Nacional	3.257.894	26.551.295	2.234	920	-	29.812.343
Tesouro Nacional/ Securitizados	10.853	-	-	-	-	10.853
Títulos - Empresas	17.161.140	365.388	-	-	-	17.526.528
Debêntures	6.490.685	365.388	-	-	-	6.856.073
Letras de Crédito Imobiliário	529.026	-	-	-	-	529.026
Letras Financeiras	206.368	-	-	-	-	206.368
Cotas de Fundos	41.688	-	-	-	-	41.688
Certificado de Recebíveis Imobiliários	898.039	-	-	-	-	898.039
Ações	8.995.334	-	-	-	-	8.995.334
Outros	-	-	-	-	237.666	237.666
Total em 30/09/2013	81.773.614	70.332.231	3.146.288	920	237.666	155.490.719
Total em 31/12/2012	90.230.715	46.966.526	1.683.394	998	82.128	138.963.761
Total em 30/09/2012	73.299.062	51.177.385	1.429.514	970	-	125.906.931

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 30/09/2013	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líq. (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	139.258.157	(1.530.565)	(1.067)	137.726.525	138.830.950	-	4.282.228	16.131.621	27.542.819	89.769.857
Letras Financeiras do Tesouro	5.031.694	5	(10)	5.031.689	5.031.996	-	7.992	-	4.532.589	491.108
Letras do Tesouro Nacional	104.397.858	(1.526.218)	-	102.871.640	102.901.700	-	4.274.236	14.440.996	22.454.595	61.701.813
Notas do Tesouro Nacional	29.814.018	(4.352)	2.677	29.812.343	30.886.401	-	-	1.690.625	555.635	27.566.083
Tesouro Nacional/Securitizados	14.587	-	(3.734)	10.853	10.853	-	-	-	-	10.853
Títulos - Empresas	17.794.869	410	(839.296)	16.955.983	16.761.279	8.466.477	48.765	-	135.396	8.305.345
Debêntures	6.891.424	337	(35.688)	6.856.073	6.856.073	-	48.765	-	92.110	6.715.198
Letras de Crédito Imobiliário	529.461	-	(435)	529.026	529.026	-	-	-	43.286	485.740
Letras Financeiras	206.526	-	(158)	206.368	206.368	-	-	-	-	206.368
Cotas de Fundos	41.688	-	-	41.688	41.688	41.688	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	837.415	73	60.551	898.039	703.335	-	-	-	-	898.039
Ações	9.288.355	-	(863.566)	8.424.789	8.424.789	8.424.789	-	-	-	-
Total – TVM	157.053.026	(1.530.155)	(840.363)	154.682.508	155.592.229	8.466.477	4.330.993	16.131.621	27.678.215	98.075.202
Para Negociação	97.918.626	(1.530.155)	-	96.388.471	96.388.471	26.040	4.274.236	15.548.712	24.001.127	52.538.356
Disponíveis para Venda	17.584.612	-	(840.363)	16.744.249	16.744.249	8.440.437	56.757	-	135.396	8.111.659
Mantidos até o Vencimento	41.549.788	-	-	41.549.788	42.459.509	-	-	582.909	3.541.692	37.425.187
Instrumentos Financeiros Derivativos	237.666	-	-	237.666	237.666	237.666	-	-	-	-
Total – TVM e Derivativos	157.290.692	(1.530.155)	(840.363)	154.920.174	155.829.895	8.704.143	4.330.993	16.131.621	27.678.215	98.075.202

(1) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

(2) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (480.771); 31/12/2012 – (410.774); 30/09/2012 – (143.437), líquido dos efeitos tributários.

Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO										
Posição em 30/09/2013	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr.Íq. (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	139.258.157	(1.530.565)	(1.067)	137.726.525	138.830.950	-	4.282.228	16.131.621	27.542.819	89.769.857
Letras Financeiras do Tesouro	5.031.694	5	(10)	5.031.689	5.031.996	-	7.992	-	4.532.589	491.108
Letras do Tesouro Nacional	104.397.858	(1.526.218)	-	102.871.640	102.901.700	-	4.274.236	14.440.996	22.454.595	61.701.813
Notas do Tesouro Nacional	29.814.018	(4.352)	2.677	29.812.343	30.886.401	-	-	1.690.625	555.635	27.566.083
Tesouro Nacional/Securitizedos	14.587	-	(3.734)	10.853	10.853	-	-	-	-	10.853
Títulos - Empresas	17.892.510	410	(366.392)	17.526.528	17.331.824	9.037.022	48.765	-	135.396	8.305.345
Debêntures	6.891.424	337	(35.688)	6.856.073	6.856.073	-	48.765	-	92.110	6.715.198
Letras de Crédito Imobiliário	529.461	-	(435)	529.026	529.026	-	-	-	43.286	485.740
Letras Financeiras	206.526	-	(158)	206.368	206.368	-	-	-	-	206.368
Cotas de Fundos	41.688	-	-	41.688	41.688	41.688	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	837.415	73	60.551	898.039	703.335	-	-	-	-	898.039
Ações	9.385.996	-	(390.662)	8.995.334	8.995.334	8.995.334	-	-	-	-
Total – TVM	157.150.667	(1.530.155)	(367.459)	155.253.053	156.162.774	9.037.022	4.330.993	16.131.621	27.678.215	98.075.202
Para negociação	97.918.626	(1.530.155)	-	96.388.471	96.388.471	26.040	4.274.236	15.548.712	24.001.127	52.538.356
Disponíveis para Venda	17.682.253	-	(367.459)	17.314.794	17.314.794	9.010.982	56.757	-	135.396	8.111.659
Mantidos até o Vencimento	41.549.788	-	-	41.549.788	42.459.509	-	-	582.909	3.541.692	37.425.187
Instrumentos Financeiros Derivativos	237.666	-	-	237.666	237.666	237.666	-	-	-	-
Total – TVM e Derivativos	157.388.333	(1.530.155)	(367.459)	155.490.719	156.400.440	9.274.688	4.330.993	16.131.621	27.678.215	98.075.202

(1) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

(2) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (7.867), 31/12/2012 – (49.544), 30/09/2012 – (255.387), líquido dos efeitos tributários;

Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido;

Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO														
Descrição	30/09/2013					31/12/2012			30/09/2012					
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	4.274.236	15.548.712	24.001.127	52.521.316	97.875.956	(1.530.565)	96.345.391	74.312.660	1.152.089	75.464.749	65.979.050	1.148.232	67.127.282
LFT	-	-	-	1.546.532	12.388	1.558.915	5	1.558.920	2.973.233	(258)	2.972.975	2.908.027	(134)	2.907.893
LTN	-	4.274.236	13.858.087	22.454.595	52.499.256	94.612.392	(1.526.218)	93.086.174	63.455.737	1.136.276	64.592.013	59.389.648	1.123.053	60.512.701
NTN	-	-	1.690.625	-	9.672	1.704.649	(4.352)	1.700.297	7.883.690	16.071	7.899.761	3.681.375	25.313	3.706.688
Títulos - Empresas	26.040	-	-	-	17.040	42.670	410	43.080	78.805	956	79.761	72.298	899	73.197
Debêntures	-	-	-	-	14.143	13.806	337	14.143	40.408	767	41.175	38.980	636	39.616
Cotas de Fundos	26.040	-	-	-	-	26.040	-	26.040	34.466	-	34.466	28.879	-	28.879
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.897	2.824	73	2897	3.931	189	4.120	4.439	263	4.702
Total	26.040	4.274.236	15.548.712	24.001.127	52.538.356	97.918.626	(1.530.155)	96.388.471	74.391.465	1.153.045	75.544.510	66.051.348	1.149.131	67.200.479

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	INDIVIDUAL													
	30/09/2013						31/12/2012			30/09/2012				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	7.992	-	-	18.058	27.117	(1.067)	26050	95.327	397	95.724	5.638.305	4.597	5.642.902
LFT	-	7.992	-	-	-	8.002	(10)	7.992	75.517	(30)	75.487	96.441	2	96.443
NTN	-	-	-	-	7.205	4.528	2.677	7.205	4.496	3.897	8.393	5.541.501	4.652	5.546.153
Tesouro Nacional/Securitized	-	-	-	-	10.853	14.587	(3.734)	10.853	15.314	(3.470)	11.844	363	(57)	306
Títulos – Empresas	8.440.437	48.765	-	135.396	8.093.601	17.557.495	(839.296)	16.718.199	17.190.744	(718.408)	16.472.336	8.961.336	(255.319)	8.706.017
Debêntures	-	48.765	-	92.110	6.701.055	6.877.618	(35.688)	6.841.930	6.569.932	(15.666)	6.554.266	4.236.135	(11.822)	4.224.313
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	43.286	485.740	529.461	(435)	529.026	324.929	(98)	324.831	140.445	38	140.483
Letras de Crédito Agrário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76.115	(159)	75.956
Letras Financeiras	-	-	-	-	206.368	206.526	(158)	206.368	82.361	42	82.403	-	-	-
Cotas de Fundos	15.648	-	-	-	-	15.648	-	15.648	12.780	-	12.780	10.371	-	10.371
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	700.438	639.887	60.551	700.438	682.819	96.210	779.029	380.347	(17.547)	362.800
Ações	8.424.789	-	-	-	-	9.288.355	(863.566)	8.424.789	9.517.923	(798.896)	8.719.027	4.117.923	(225.829)	3.892.094
Total	8.440.437	56.757	-	135.396	8.111.659	17.584.612	(840.363)	16.744.249	17.286.071	(718.011)	16.568.060	14.599.641	(250.722)	14.348.919

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (480.771); 31/12/2012 – (410.774); 30/09/2012 – (143.437), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO														
Descrição	30/09/2013						31/12/2012			30/09/2012				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	7.992	-	-	18.058	27.117	(1.067)	26.050	95.327	397	95.724	5.638.305	4.597	5.642.902
LFT	-	7.992	-	-	-	8.002	(10)	7.992	75.517	(30)	75.487	96.441	2	96.443
NTN	-	-	-	-	7.205	4.528	2.677	7.205	4.496	3.897	8.393	5.541.501	4.652	5.546.153
Tesouro Nacional/Securitizados	-	-	-	-	10.853	14.587	(3.734)	10.853	15.314	(3.470)	11.844	363	(57)	306
Títulos – Empresas	9.010.982	48.765	-	135.396	8.093.601	17.655.136	(366.392)	17.288.744	17.327.958	(357.178)	16.970.780	9.460.851	(367.269)	9.093.582
Debêntures	-	48.765	-	92.110	6.701.055	6.877.618	(35.688)	6.841.930	6.569.932	(15.666)	6.554.266	4.236.135	(11.822)	4.224.313
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	43.286	485.740	529.461	(435)	529.026	324.929	(98)	324.831	140.445	38	140.483
Letras de Crédito Agrário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76.115	(159)	75.956
Letras Financeiras	-	-	-	-	206.368	206.526	(158)	206.368	82.361	42	82.403	-	-	-
Cotas de Fundos	15.648	-	-	-	-	15.648	-	15.648	52.351	-	52.351	49.941	-	49.941
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	700.438	639.887	60.551	700.438	682.819	96.210	779.029	380.347	(17.547)	362.800
Ações	8.995.334	-	-	-	-	9.385.996	(390.662)	8.995.334	9.615.566	(437.666)	9.177.900	4.577.868	(337.779)	4.240.089
Total	9.010.982	56.757	-	135.396	8.111.659	17.682.253	(367.459)	17.314.794	17.423.285	(356.781)	17.066.504	15.099.156	(362.672)	14.736.484

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido), inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (7.867); 31/12/2012 – (49.544); 30/09/2012 – (255.387), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	30/09/2013						31/12/2012		30/09/2012	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	-	582.909	3.541.692	37.230.483	41.355.084	42.459.509	46.058.085	54.225.211	43.754.867	50.414.574
LFT	-	-	2.986.057	478.720	3.464.777	3.465.084	3.305.191	3.305.164	3.249.344	3.249.591
LTN	-	582.909	-	9.202.557	9.785.466	9.815.526	9.037.896	9.660.211	8.799.073	9.344.324
NTN	-	-	555.635	27.549.206	28.104.841	29.178.899	33.714.998	41.259.836	31.706.450	37.820.659
Títulos - Empresas	-	-	-	194.704	194.704	194.704	212.534	260.737	215.101	238.911
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	194.704	194.704	194.704	212.534	260.737	215.101	238.911
Total	-	582.909	3.541.692	37.425.187	41.549.788	42.654.213	46.270.619	54.485.948	43.969.968	50.653.485

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.629.570	2.139.446	1.242.611	4.813.034
Ativos financeiros disponíveis para venda	291.644	602.290	113.525	339.414
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	912.294	3.610.889	1.368.842	4.452.285
Outros	(1.488)	(4.604)	1.022	1.844
Total	2.832.020	6.348.021	2.726.000	9.606.577

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos. Esses valores são calculados entre as partes. Neste tipo de registro, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil**(f.1) Emissão Externa – Notas Sêniores 1ª e 2ª séries**

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1.000.000.000) e 2022 (2ª série – US\$ 500.000.000), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar, no entanto, a internalização dos recursos captados adiciona ao risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de swap para a proteção destes riscos, formalizado como hedge de valor justo conforme abaixo:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

- variação cambial do cupom:
 - 1ª série, 2,375% a.a. sobre US\$ 1 bilhão ou US\$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2013 e 2017;
 - 2ª série, 3,50% a.a. sobre US\$ 500 milhões ou US\$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2013 e 2022.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- variação cambial do principal:
 - 1ª série, US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;
 - 2ª série, US\$ 500 milhões, com vencimento em 2022.
- variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:
 - 1ª série, US\$ 2,1 milhões semestrais;
 - 2ª série, US\$ 1,5 milhões semestrais.

Valor Justo do Objeto do Hedge		
Notas Sêniores	30/09/2013	31/12/2012
1ª Série	2.285.076	2.048.222
2ª Série	1.114.393	1.057.725
Total	3.399.469	3.105.947

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002 para a efetividade do hedge.

(f.2) Letras Financeiras – Cupom IPCA

Nos meses de Agosto e Setembro de 2013 a CAIXA realizou a captação de recursos por meio da emissão de Letras Financeiras indexadas o IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap.

As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo, e tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor Justo do Objeto do Hedge		
Letra Financeira	30/09/2013	Valor na data de emissão
15/08/2023	203.303	200.000
17/09/2023	31.041	30.000
Total	234.344	230.000

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 99,9%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002 para a efetividade do hedge.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/09/2013					31/12/2012	30/09/2012
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial							
Contratos Futuros	38.031	13.632.236	22.253.019	50.422.193	86.345.479	67.244.406	57.281.479
Contratos de Swaps	4.137	57	4.002	4.259.361	4.267.557	225	225

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/09/2013					31/12/2012	30/09/2012
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas Patrimoniais							
Swap posição comprada – a receber	56.134	4.737	59.894	116.901	237.666	82.128	-
Swap posição vendida – a pagar	-	-	-	24.575	24.575	539	522

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Swap	180.592	212.987	(50)	(91)
Futuro	204.115	2.129.904	(107.959)	(1.011.939)
Total	384.707	2.342.891	(108.009)	(1.012.030)

(1) Ajuste no Patrimônio Líquido

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Títulos públicos	3.147.208	1.684.392	1.430.484
Letras Financeiras do Tesouro	4.924	4.656	4.577
Letras do Tesouro Nacional	3.139.130	1.676.135	1.423.460
Notas do Tesouro Nacional	3.154	3.601	2.447

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Remuneração	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	7.451.113	6.564.440	5.432.007
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	39.914.245	34.991.876	33.798.024
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	10.861.433	6.900.303	6.364.546
Recursos do crédito rural	Não remunerado	1.021.463	-	-
Compulsório adicional	Taxa SELIC	27.930.302	23.742.887	24.854.227
Total		87.178.556	72.199.506	70.448.804

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
	Total Crédito	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	58.466	64.996	83.775
FCVS a receber	23.654.229	21.727.118	21.588.930
Não habilitados (1)	1.447.098	1.702.295	1.723.683
Habilitados e não homologados (2)	6.973.423	6.534.937	6.430.348
Habilitados e homologados (3)	15.233.708	13.489.886	13.434.899
Provisão FCVS a receber	(3.122.758)	(3.015.221)	(3.028.901)
Total (líquido de provisão)	20.589.937	18.776.893	18.643.804

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA possui um estoque de 6.620 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS já novados, que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 956.202. Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90. Até dezembro de 2012, este montante estava registrado em subconta redutora do ativo FCVS a Receber. Em 2013 este valor foi reclassificado para o passivo em subconta de Outras Obrigações.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Créditos vinculados ao BACEN	1.393.641	3.493.136	1.071.349	3.388.003
Créditos vinculados ao SFH	280.521	1.079.957	275.712	981.390
Total	1.674.162	4.573.093	1.347.061	4.369.393

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Empréstimos e Títulos descontados	22.553.711	61.825.639	20.697.819	16.228.258	4.625.590	2.707.327	830.507	809.614	3.670.251	133.948.716	102.241.779	91.769.389
Financiamentos	9.298.668	11.399.736	1.920.272	1.933.858	927.716	295.642	213.647	201.192	1.815.931	28.006.662	19.589.276	17.770.879
Financiamentos rurais e agroindustriais	77.124	192.217	300.089	238.047	80.284	725	11		11	888.508	157.520	120
Financiamentos Imobiliários	2.828.701	158.618.889	28.990.358	49.405.581	3.216.590	1.217.577	961.773	550.389	8.479.756	254.269.614	205.788.891	190.558.002
Financiamentos de Infraestrutura	15.886.791	8.031.162	3.656.413	3.978.165	1.544.027	-	174.604	8.035	-	33.279.197	23.536.770	21.890.185
Cessão de créditos	-	4.306.104	30.904	23.065	9.418	5.610	2.509	1.378	364	4.379.352	2.425.267	2.510.230
Outros Créditos (Nota 9 (d))	147.986	4.319.373	2.698.066	862.875	100.371	298.436	13.173	10.130	128.392	8.578.802	7.499.866	6.508.484
Total	50.792.981	248.693.120	58.293.921	72.669.849	10.503.996	4.525.317	2.196.224	1.580.738	14.094.705	463.350.851	361.239.369	331.007.289
Prov. p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(1.284.694)	(582.940)	(2.180.095)	(1.050.400)	(1.357.596)	(1.098.115)	(1.106.517)	(14.094.705)	(22.755.062)	(19.921.098)	(18.739.790)
Total líq. de provisões em 30/09/2013	50.792.981	247.408.426	57.710.981	70.489.754	9.453.596	3.167.721	1.098.109	474.221	-	440.595.789		
Total líq. de provisões em 31/12/2012	33.181.473	178.822.947	55.777.329	60.943.213	9.692.937	1.770.031	846.915	283.426	-		341.318.271	
Total líq. de Provisões em 30/09/2012	31.520.256	161.471.843	52.435.251	55.440.745	8.689.637	1.615.549	735.367	358.851	-			312.267.499

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Empréstimos e títulos descontados	(309.128)	(206.978)	(486.848)	(462.559)	(812.198)	(415.254)	(566.730)	(3.670.251)	(6.929.946)	(6.362.200)	(5.432.156)
Financiamentos	(56.999)	(19.203)	(58.016)	(92.772)	(88.693)	(106.824)	(140.834)	(1.815.931)	(2.379.272)	(1.738.562)	(1.265.688)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(961)	(3.001)	(7.141)	(8.028)	(218)	(6)	-	(11)	(19.366)	(2.651)	(1)
Financiamentos imobiliários	(834.322)	(289.904)	(1.482.167)	(321.659)	(365.273)	(480.887)	(385.272)	(8.479.756)	(12.639.240)	(11.302.523)	(11.598.742)
Financiamentos de infraestrutura	(40.156)	(36.564)	(119.345)	(154.403)	-	(87.302)	(5.625)	-	(443.395)	(246.826)	(218.185)
Cessão de créditos	(21.531)	(309)	(692)	(942)	(1.683)	(1.255)	(965)	(364)	(27.741)	(64.441)	(61.227)
Outros Créditos (Nota 9 (d))	(21.597)	(26.981)	(25.886)	(10.037)	(89.531)	(6.587)	(7.091)	(128.392)	(316.102)	(203.895)	(163.791)
Total	(1.284.694)	(582.940)	(2.180.095)	(1.050.400)	(1.357.596)	(1.098.115)	(1.106.517)	(14.094.705)	(22.755.062)	(19.921.098)	(18.739.790)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Com relação ao montante de crédito em Curso Anormal (Nota 8 (c2)), destaca-se a alteração no critério de classificação do Crédito Imobiliário. Até 31/12/2012, a CAIXA considerou como em situação anormal qualquer contrato de crédito habitacional em dia, mas com resíduos a liquidar de prestações pagas. A partir do exercício de 2013 estes contratos estão classificados como em curso normal refletindo a atual situação das operações. Os valores de 31/12/2012 e de 30/06/2012 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
01 a 30 dias	2.252.590	9.056.077	2.357.881	2.017.942	496.703	155.138	44.218	36.029	337.284	16.753.862	12.366.352	10.705.463
31 a 60 dias	890.060	5.781.850	1.144.870	1.233.545	266.136	100.491	18.924	17.769	178.712	9.632.357	7.277.410	6.790.773
61 a 90 dias	674.420	5.277.986	1.088.204	1.150.003	224.512	91.641	16.726	16.317	161.211	8.701.020	6.646.099	5.619.996
91 a 180 dias	1.828.054	14.308.345	3.211.928	3.336.040	636.854	248.365	45.079	42.521	432.285	24.089.471	18.354.537	15.401.480
181 a 360 dias	3.356.586	23.675.649	5.357.799	5.340.352	991.557	422.772	53.002	48.901	544.218	39.790.836	30.563.924	25.542.167
Acima de 360 dias	41.567.271	183.947.732	36.039.291	48.850.372	4.696.524	1.483.930	295.604	123.808	3.963.110	320.967.642	252.660.073	198.942.266
Total	50.568.981	242.047.639	49.199.973	61.928.254	7.312.286	2.502.337	473.553	285.345	5.616.820	419.935.188	327.868.395	263.002.145

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Parcelas Vencidas	2.527	84.564	663.531	723.233	642.792	482.467	474.039	448.366	2.630.603	6.152.122	4.839.051	6.996.069
01 a 30 dias	2.527	84.564	585.475	328.862	195.369	68.984	44.386	39.885	242.979	1.593.031	1.284.166	1.427.696
31 a 60 dias	0	0	75.718	317.701	57.540	40.702	31.709	26.915	161.841	712.126	486.903	444.912
61 a 90 dias	0	0	2.338	59.092	354.405	88.141	50.709	40.160	191.427	786.272	581.120	1.000.615
91 a 180 dias	0	0	0	17.578	35.092	270.034	292.073	320.645	580.685	1.516.107	1.182.001	1.913.823
181 a 360 dias	0	0	0	0	386	14.606	55.162	20.663	1.431.731	1.522.548	1.289.982	2.116.933
Acima de 360 dias		0	0	0	0	0	0	98	21.940	22.038	14.879	92.090
Parcelas Vincendas	221.473	6.560.917	8.430.417	10.018.363	2.548.918	1.540.513	1.248.632	847.027	5.847.282	37.263.541	28.531.923	61.009.075
01 a 30 dias	2.544	105.383	201.051	200.288	70.887	46.943	35.728	27.856	180.866	871.546	716.450	1.301.853
31 a 60 dias	2.444	83.763	138.644	147.618	62.113	41.530	31.178	24.367	146.700	678.357	581.488	844.566
61 a 90 dias	2.444	83.741	137.058	145.962	60.096	40.206	30.369	23.676	141.186	664.738	570.866	835.242
91 a 180 dias	7.322	250.983	399.815	426.507	172.420	115.467	87.447	67.374	400.884	1.928.219	1.656.441	2.501.422
181 a 360 dias	14.599	500.954	756.710	808.379	314.021	207.659	159.159	121.710	714.056	3.597.247	3.009.399	4.756.935
Acima de 360 dias	192.120	5.536.093	6.797.139	8.289.608	1.869.381	1.088.708	904.751	582.044	4.263.590	29.523.434	21.997.279	50.769.057
Total	224.000	6.645.481	9.093.948	10.741.595	3.191.710	2.022.980	1.722.671	1.295.393	8.477.885	43.415.663	33.370.974	68.005.144

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
SETOR PÚBLICO	36.022.963	27.904.029	25.083.934
Administração Direta	19.183.829	15.529.379	12.965.776
Administração Indireta – Petroquímico	11.385.420	8.152.428	8.255.908
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.465.937	3.128.485	2.982.038
Administração Indireta – Outros	1.987.777	1.093.737	880.212
SETOR PRIVADO	427.327.888	333.335.340	305.923.355
PESSOA JURÍDICA	96.981.648	73.585.184	64.647.729
Comércio varejista	22.055.542	14.969.525	13.116.851
Construção civil	11.083.381	9.120.387	8.155.966
Siderurgia e Metalurgia	9.374.106	8.758.384	8.582.932
Energia elétrica	7.344.431	4.486.336	5.887.958
Serviços financeiros	5.648.086	5.040.876	2.436.890
Outras indústrias	5.639.220	4.512.659	2.843.833
Transporte	5.646.350	2.888.413	2.537.129
Agronegócio e Extrativismo	4.277.234	4.518.545	4.529.393
Comércio atacadista	4.440.258	2.820.862	2.430.954
Saúde	3.125.319	2.505.327	2.126.853
Saneamento e infraestrutura	2.185.047	1.957.710	1.722.005
Petroquímico	1.978.951	1.832.630	1.786.570
Têxtil	1.812.722	1.403.222	1.246.920
Comunicação	1.603.847	1.398.838	1.311.795
Alimentação	1.620.436	1.234.634	1.153.334
Serviços pessoais	308.632	193.357	164.767
Outros serviços	8.838.086	5.943.479	4.613.579
PESSOA FÍSICA	330.346.240	259.750.156	241.275.626
Total	463.350.851	361.239.369	331.007.289

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	6.916.742	18.040.771	4.566.806	13.243.278
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.051	11.654	-	-
Financiamentos imobiliários	4.950.987	13.690.513	3.738.650	10.838.371
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	601.608	1.553.139	344.574	1.100.706
Outros créditos	2.157	7.702	2.557	7.845
Total	12.478.545	33.303.779	8.652.587	25.190.200

(f) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	30/09/2013	%	31/12/2012	%	30/09/2012	%
Principal devedor	11.385.420	2,46	8.152.429	2,26	8.255.908	2,49
10 maiores devedores	36.167.983	7,81	30.568.676	8,46	30.547.833	9,23
20 maiores devedores	46.379.116	10,01	38.952.533	10,78	37.690.995	11,39
50 maiores devedores	61.215.157	13,21	49.871.315	13,81	47.653.575	14,40
100 maiores devedores	69.138.288	14,92	56.589.889	15,67	54.033.112	16,32

(g) Movimentação da carteira de renegociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Operações Renegociadas	1.505.283	4.201.893	975.120	2.676.038
Operações Comerciais	1.451.802	3.870.843	739.399	2.005.573
Operações Habitacionais	53.481	331.050	235.721	670.465
Operações Recuperadas	241.589	599.513	187.340	629.172
Operações Comerciais	216.223	516.592	69.185	216.804
Operações Habitacionais	25.366	82.921	118.155	412.368

(h) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Saldo inicial	(21.638.011)	(19.921.098)	(17.706.332)	(15.837.093)
Constituição de provisão no período	(2.355.391)	(8.322.069)	(2.145.689)	(7.657.109)
Reversão de provisão no período	-	1.645.049	201.468	2.077.892
Transferência para prejuízo	863.155	3.467.852	910.763	2.676.520
Reversão de prejuízo (1)	375.185	375.204	-	-
Saldo final	(22.755.062)	(22.755.062)	(18.739.790)	(18.739.790)

(1) Recebimento de créditos com garantia do FGO.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos
(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Créditos por Avais e Fianças Honrados	28.161	31.799	34.975
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	664.950	114.195	66.588
Rendas a Receber	1.845.006	1.623.801	1.846.186
Convênios Setor Privado	120.267	96.011	85.261
Convênios Setor Público	444.327	347.920	304.510
Administração de Fundos de Investimento	103.711	75.480	74.062
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.028.107	978.156	1.234.042
Repasses Orçamento Geral da União	148.594	126.234	148.311
Negociação e Intermediação de valores	55.535	4.714	135
Créditos Específicos	708.105	692.906	672.164
Diversos – Nota 9 (b)	49.523.191	43.388.426	38.360.683
Provisão para Outros Créditos – Nota 9 (d)	(316.104)	(203.895)	(163.790)
Total	52.508.844	45.651.946	40.816.941
Ativo circulante	34.060.533	29.091.187	25.704.920
Ativo não circulante	18.448.311	16.560.759	15.112.021

CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Créditos por Avais e Fianças Honrados	28.161	31.799	34.975
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	664.950	114.195	66.588
Rendas a Receber	1.965.700	1.764.138	1.939.181
Dividendos e JCP a receber	120.694	140.337	92.995
Convênios Setor Privado	120.267	96.011	85.261
Convênios Setor Público	444.327	347.920	304.510
Administração de Fundos de Investimento	103.711	75.480	74.062
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.028.107	978.156	1.234.042
Repasses OGU	148.594	126.234	148.311
Negociação e Intermediação de valores	55.535	4.714	135
Créditos Específicos	708.105	692.906	672.164
Diversos – Nota 9 (b)	49.524.641	43.391.265	38.363.519
Provisão para Outros Créditos – Nota 9 (d)	(316.104)	(203.895)	(163.790)
Total	52.630.988	45.795.122	40.912.772
Ativo circulante	34.182.677	29.234.363	26.072.547
Ativo não circulante	18.448.311	16.560.759	14.840.225

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Créditos tributários - Nota 20	18.471.459	16.438.805	14.951.272	18.471.479	16.438.827	14.951.282
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	11.111.502	10.342.797	10.152.780	11.111.502	10.342.797	10.152.780
Adiantamentos e antecipações salariais	391.139	142.038	325.041	391.139	142.038	325.041
Pagamentos a ressarcir	2.479.105	833.519	486.431	2.477.258	832.298	483.627
Participações pagas antecipadamente (1)	1.041.307	5.188.673	1.125.133	1.041.307	5.188.673	1.125.133
Impostos e contribuições a compensar	29.716	146.398	179.819	32.819	150.437	185.449
Cartão de crédito (2)	5.477.871	4.666.011	3.875.476	5.477.871	4.666.011	3.875.476
Prêmio em aquisição de carteiras	1.093.896	618.295	415.869	1.093.896	618.295	415.869
Seguros a receber	87.563	65.924	55.438	87.563	65.924	55.438
Créditos a receber - cessão de créditos	104.713	100.330	2.632.793	104.713	100.330	2.632.793
Valores a receber - créditos imobiliários securitizados	2.239.494	-	2.504.875	2.239.494	-	2.504.875
Valores a receber - adm. fundos e programas sociais	463.114	448.473	442.473	463.114	448.473	442.473
Valores a receber – royalties	-	-	-	-	-	-
Créditos adquiridos	3.130.527	2.838.928	98.921	3.130.527	2.838.928	98.921
Valores a apropriar (3)	844.861	1.407.453	1.061.073	845.035	1.407.453	1.061.073
Outros devedores (4)	2.614.713	203.371	148.216	2.614.713	203.370	148.216
Provisão para perdas - Diversos (5)	(57.789)	(52.589)	(94.927)	(57.789)	(52.589)	(94.927)
Total	49.523.191	43.388.426	38.360.683	49.524.641	43.391.265	38.363.519
Ativo circulante	30.892.964	26.779.048	23.205.660	30.894.414	26.781.887	23.480.292
Ativo não circulante	18.630.227	16.609.378	15.155.023	18.630.227	16.609.378	14.883.227

(1) Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio repassados à União.

(2) Inclui créditos com e sem característica de concessão de crédito.

(3) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 18 (f2).

(4) Valores que não possuem relevância, quando avaliados individualmente.

(5) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Ativo - Outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	20.779	20.119	15.323
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	645.073	117.007	52.113
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(902)	(22.931)	(848)
Ativo circulante	664.950	114.195	66.588
Passivo - Outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	19.910	48.336	33.672
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	28.386	44.769	27.149
Passivo circulante	48.296	93.105	60.821

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Receitas	1.371.888	2.960.330	104.489	367.005
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.371.888	2.960.330	104.489	367.005
Despesas	(1.510.653)	(3.284.581)	(99.577)	(352.571)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(1.510.652)	(3.284.580)	(99.577)	(352.571)
Resultado de câmbio	(138.764)	(324.250)	4.912	14.434

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Créditos	8.578.802	7.499.866	6.508.484
Cartão de crédito	5.400.677	4.610.807	3.823.447
Créditos por avais e fianças honrados	28.161	31.799	34.975
Devedores por compra de valores e bens	19.436	18.332	17.269
Créditos adquiridos (1)	3.130.528	2.838.928	2.632.793
Provisão (2)	(316.104)	(203.895)	(163.790)
Cartão de crédito	(169.237)	(142.463)	(108.233)
Créditos por avais e fianças honrados	(1.113)	(1.178)	(1.020)
Devedores por compra de valores e bens	(28.161)	(3.966)	(4.182)
Créditos adquiridos (1)	(117.593)	(56.288)	(50.355)
Créditos - líquidos de provisão	8.262.698	7.295.971	6.344.694

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(2) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Bens não de uso próprio	885.397	773.895	723.451
Imóveis patrimoniais não de uso	148.182	124.634	112.928
Imóveis adjudicados/arrematados	737.215	649.261	610.523
Despesas antecipadas	150.967	260.216	343.136
Material de consumo	24.534	24.332	28.944
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(27.090)	(103.028)	(107.468)
Total	1.033.808	955.415	988.063

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Saldo inicial	(26.291)	(103.028)	(113.112)	(122.953)
Constituição	(3.505)	(13.539)	(4.966)	(15.347)
Baixas	2.706	89.477	10.610	30.832
Saldo final	(27.090)	(27.090)	(107.468)	(107.468)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA – Individual são compostos essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR) que representa cerca de 93% do total dos investimentos, que totalizou no período o montante de R\$ 4.045.342 (31/12/2012 – R\$ 3.964.971, 30/09/2012 – R\$ 3.812.764). O resultado da equivalência patrimonial no período foi de R\$ 116.780 (31/12/2012 – R\$ 153.478, 30/06/2012 – R\$ 152.975).

A carteira de investimento consolidada totalizou no período o montante de R\$ 3.171.936 (30/09/2012 – R\$ 3.226.071). É composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias CAIXAPAR				
Descrição	Quantidade de ações		Participação	
	O.N.	P.N.	No capital votante %	No capital social %
CAIXA Seguros Holding S.A.	8.161.452	-	48,21	48,21
Banco PAN	143.307.049	54.802.722	49,00	37,00
Capgemini (1)	63.764.544	-	24,19	22,05
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,01	33,33
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	6.000	-	9,09	9,09

CONSOLIDADO CAIXA							
Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012	2013 (1)		2012 (2)	
				3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.051.362	1.918.861	1.759.591	192.774	506.774	153.902	391.332
Banco PAN	574.151	802.337	897.594	(70.801)	(220.817)	(176.438)	(270.626)
Capgemini	279.805	298.898	320.298	(14.262)	(31.769)	(1.372)	(1.372)
Elo Serviços	10.374	10.788	11.580	560	(414)	(841)	(6.697)
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	7.186	7.692	6.841	148	357	38	726
Câmara Interbancária de Pagamento – CIP (3)	2.967	2.967	2.967	-	-	-	-
BIAPE	593	1.248	1.164	-	(153)	15	87
Fundo de Investimento em Participações	39.219	-	-	-	-	-	-
Participações diversas	10.826	1.475	-	(5.010)	(7.656)	-	-
Outros Investimentos (3)	195.453	234.390	226.036	-	-	-	-
Total	3.171.936	3.278.656	3.226.071	103.409	246.322	(24.696)	113.450

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 30/08/2013 das investidas da CAIXAPAR, exceto a da CAIXA Seguros Holding, que teve a equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações de 30/09/2013.

(2) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 30/08/2012 das investidas da CAIXAPAR.

(3) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) Ágios na aquisição de investimentos

Movimentação dos Ágios	Acumulado setembro 2013	Acumulado setembro 2012
Saldo anterior	477.849	208.142
Amortizações	(187.165)	(93.942)
Saldo atual	290.684	114.200

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. Não apresentam indicativos de perda no valor recuperável considerando-se os saldos posicionados em 30/06/2013.

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 para 50 anos e do sistema de segurança de 10 para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 11,05% (31/12/2012 – 12,58%; 30/09/2012 – 14,00%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) a partir de 31/12/2002.

Informações do imobilizado de uso							
Descrição	30/09/2013			31/12/2012			30/09/2012
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	731.530	(157.931)	573.599	310.261	(105.760)	204.501	236.848
Edificações	678.958	(157.931)	521.027	257.059	(105.760)	151.299	183.104
Terrenos	52.572	-	52.572	53.202	-	53.202	53.744
Reavaliações de imóveis de uso	743.022	(152.267)	590.755	744.011	(137.648)	606.363	664.339
Edificações	542.638	(152.267)	390.371	543.592	(137.648)	405.944	448.712
Terrenos	200.384	-	200.384	200.419	-	200.419	215.627
Outras imobilizações de uso	5.304.075	(3.699.928)	1.604.147	4.697.398	(3.343.320)	1.354.078	1.214.028
Imobilizações em curso	40.151	-	40.151	30.959	-	30.959	30.486
Inst., móveis e equip. de uso	1.262.372	(640.645)	621.727	1.065.680	(572.416)	493.264	443.956
Sistema de comunicação	92.678	(69.174)	23.504	84.315	(66.209)	18.106	17.686
Sistema de proc.de dados	3.601.059	(2.754.695)	846.364	3.254.641	(2.489.587)	765.054	685.652
Sistema de transporte e segurança	307.815	(235.414)	72.401	261.803	(215.108)	46.695	36.248
Total	6.778.627	(4.010.126)	2.768.501	5.751.670	(3.586.728)	2.164.942	2.115.215

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	30/09/2013	3/009/2012
Imóveis de uso	204.501	428.421	7.514	(66.837)	573.599	236.848
Edificações	151.299	428.421	8.144	(66.837)	521.027	183.104
Terrenos	53.202	-	(630)	-	52.572	53.744
Reaval. de imóveis de uso	606.363	-	(988)	(14.620)	590.755	664.339
Edificações	405.944	-	(953)	(14.620)	390.371	448.712
Terrenos	200.419	-	(35)	-	200.384	215.627
Outras imobilizações de uso	1.354.078	615.215	(8.535)	(356.611)	1.604.147	1.214.028
Imobilizações em curso	30.959	17.715	(8.523)	-	40.151	30.486
Inst., móveis e equip. de uso	493.264	196.697	(4)	(68.230)	621.727	443.956
Sistema de comunicação	18.106	8.363	-	(2.965)	23.504	17.686
Sistema de proc.de dados	765.054	346.426	(8)	(265.108)	846.364	685.652
Sist. de transp./segurança	46.695	46.014	-	(20.308)	72.401	36.248
Total	2.164.942	1.043.636	(2.009)	(438.068)	2.768.501	2.115.215

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível e diferido

(a) Intangível

Os itens do intangível não apresentam indicativos de perda no valor recuperável considerando-se os saldos posicionados em 30/09/2013.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/09/2013			31/12/2012			30/09/2012
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.430.410	(841.502)	1.588.908	2.318.971	(777.678)	1.541.293	1.587.652
Outros ativos intangíveis	324.200	(26.137)	298.063	324.200	(15.402)	308.798	312.376
Projetos logiciais - Software	590.524	(124.371)	466.153	347.675	(75.528)	272.147	237.667
Total	3.345.134	(992.010)	2.353.124	2.990.846	(868.608)	2.122.238	2.137.695

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2012	30/09/2013			30/09/2012	
	Líquido	Movimentação			Líquido	Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações		
Aquisição de folha de pagamento	1.541.293	723.884	(310.458)	(365.811)	1.588.908	1.587.652
Outros ativos intangíveis	308.798	-	-	(10.735)	298.063	312.376
Projetos logiciais - Software	272.147	242.848	-	(48.842)	466.153	237.667
Total	2.122.238	966.732	(310.458)	(425.388)	2.353.124	2.137.695

(b) Diferido

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores à sua edição, posicionados em setembro de 2008, foram mantidos até a sua efetiva realização ocorrida em setembro de 2013. O valor apresentado na Nota 25, item “depreciação e amortização”, está acrescido de R\$ 7.010 (R\$ 18.299 – 30/09/2012) relativo à despesa com amortização de ativos diferidos no período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Depósitos à vista – sem remuneração	24.651.206	27.381.103	22.660.127	24.641.689	27.381.099	22.660.127
Pessoas físicas	9.424.122	10.606.762	9.493.902	9.424.122	10.606.762	9.493.902
Pessoas jurídicas	11.923.433	12.418.164	10.936.619	11.913.916	12.418.160	10.936.619
Vinculados	1.972.472	1.567.155	1.178.882	1.972.472	1.567.155	1.178.882
Governo	1.018.845	2.128.596	726.165	1.018.845	2.128.596	726.165
Moedas estrangeiras	3.961	817	8.662	3.961	817	8.662
Instituições do sistema financeiro	40.466	34.459	26.780	40.466	34.459	26.780
Entidades públicas	188.578	553.771	234.096	188.578	553.771	234.096
Outros	79.329	71.379	55.021	79.329	71.379	55.021
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	199.755.476	175.566.036	169.726.972	199.755.476	175.566.036	169.726.972
Pessoas físicas	196.199.679	172.507.033	166.514.668	196.199.679	172.507.033	166.514.668
Pessoas jurídicas	3.553.270	3.056.103	3.209.448	3.553.270	3.056.103	3.209.448
Vinculados	2.527	2.900	2.856	2.527	2.900	2.856
Depósitos interfinanceiros	1.248.114	10.293.433	8.364.550	1.248.114	10.293.433	8.364.550
Depósitos a prazo	115.195.030	96.534.906	91.947.187	114.916.636	96.534.780	91.943.497
Remuneração prefixada	56.442.088	38.931.575	34.112.512	56.163.694	38.931.448	34.108.822
Depósitos a prazo em moeda nacional	56.442.088	38.931.575	34.112.512	56.163.694	38.931.448	34.108.822
Remuneração pós-fixada	58.752.942	57.603.331	57.834.675	58.752.942	57.603.332	57.834.675
Depósitos a prazo em moeda nacional	15.993.263	20.078.207	20.621.020	15.993.263	20.078.208	20.621.020
Depósitos judiciais com remuneração	42.759.679	37.525.124	37.213.655	42.759.679	37.525.124	37.213.655
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.412.051	9.265.546	10.582.379	11.412.051	9.265.546	10.582.379
Sem remuneração	236.695	215.002	207.871	236.695	215.002	207.871
Remuneração prefixada	441.658	406.556	395.658	441.658	406.556	395.658
Remuneração pós-fixada	10.733.698	8.643.988	9.978.850	10.733.698	8.643.988	9.978.850
Total	352.261.877	319.041.024	303.281.215	351.973.966	319.040.894	303.277.525
Passivo circulante	292.985.116	279.990.109	270.468.611	292.697.205	279.989.979	270.464.921
Passivo não circulante	59.276.761	39.050.915	32.812.604	59.276.761	39.050.915	32.812.604

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO					
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Depósitos à Vista	24.651.206	-	-	-	24.651.206	27.381.103	22.660.127	24.641.689	27.381.099	22.660.127
Depósitos de Poupança	199.755.476	-	-	-	199.755.476	175.566.036	169.726.972	199.755.476	175.566.036	169.726.972
Depósitos Interfinanceiros	-	141.193	1.008.250	98.671	1.248.114	10.293.433	8.364.550	1.248.114	10.293.433	8.364.550
Depósitos a prazo	42.808.446	4.120.179	9.088.314	59.178.091	115.195.030	96.534.906	91.947.187	114.916.636	96.534.780	91.943.497
CDB	23.645	4.120.179	9.088.314	59.178.091	72.410.229	58.984.087	54.706.034	72.131.835	58.983.961	54.702.344
Depósitos Judiciais	42.759.679	-	-	-	42.759.679	37.525.124	37.213.655	42.759.679	37.525.124	37.213.655
Outros	25.122	-	-	-	25.122	25.695	27.498	25.122	25.695	27.498
Depósitos especiais e de fundos e programas	11.412.051	-	-	-	11.412.051	9.265.546	10.582.379	11.412.051	9.265.546	10.582.379
Total	278.627.179	4.261.372	10.096.564	59.276.762	352.261.877	319.041.024	303.281.215	351.973.966	319.040.894	303.277.525

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Depósitos de Poupança	(2.827.455)	(7.701.309)	(2.378.144)	(7.224.937)
Depósitos Interfinanceiros	(9.655)	(49.553)	(178.980)	(462.286)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.540.768)	(3.754.285)	(967.087)	(2.911.302)
Depósitos judiciais	(497.564)	(1.375.457)	(396.030)	(1.170.177)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(240.111)	(832.546)	(177.015)	(620.056)
Outras captações	(126.288)	(352.139)	(98.105)	(275.204)
Total	(5.241.841)	(14.065.289)	(4.195.361)	(12.663.962)

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Depósitos de Poupança	(2.827.455)	(7.701.309)	(2.378.144)	(7.224.937)
Depósitos Interfinanceiros	(9.655)	(49.553)	(178.980)	(462.286)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.534.995)	(3.745.032)	(967.004)	(2.910.281)
Depósitos judiciais	(497.564)	(1.375.457)	(396.030)	(1.170.177)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(240.111)	(832.546)	(177.015)	(620.055)
Outras captações	(126.288)	(352.138)	(98.105)	(275.205)
Total	(5.236.068)	(14.056.035)	(4.195.278)	(12.662.941)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	5.727.179	2.956.080	4.675.830
Depósitos - Especiais com remuneração	1.650.878	1.553.913	1.494.916
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.876.968	2.450.151	2.142.309
Depósitos – FISANE	8.292	7.935	7.821
Depósitos – PRODEC	48.969	46.862	46.300
Programa de Integração Social – PIS	150.755	25.706	38.499
Fundo Garantia Safra – FGS	40.486	8.877	75.641
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	109.844	294.523	192.153
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	351.297	448.869	444.790
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.857	8.445	58.667
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	3.620	4.646	3.565
Depósitos – PREVHAB	515.893	486.031	478.089
Saúde CAIXA	236.694	215.002	207.871
Outros	682.319	758.506	715.928
Total	11.412.051	9.265.546	10.582.379

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	Taxa de Remuneração	2013		2012	
		3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Depósitos - FGTS	Selic	(134.420)	(366.939)	(78.127)	(297.152)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(29.294)	(85.074)	(31.564)	(107.941)
Depósitos - FISANE	TR	(122)	(357)	(115)	(356)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(772)	(2.246)	(731)	(2.261)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(7.794)	(19.942)	(11.921)	(36.775)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(2.400)	(4.077)	(2.034)	(5.694)
Depósitos - FAR	Selic	(6.543)	(22.888)	(6.733)	(24.870)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(8.047)	(22.433)	(8.998)	(33.171)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(5.769)	(14.722)	(4.649)	(15.203)
Depósitos - FAS	TR	(1)	(1)	(1)	(8)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(11.777)	(30.298)	(9.848)	(32.653)
Depósitos - Caução	TR	(905)	(180.270)	(512)	(2.194)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(8.296)	(21.128)	(6.956)	-
Outros		(23.971)	(62.171)	(14.826)	(61.778)
Total		(240.111)	(832.546)	(177.015)	(620.056)

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO													
Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			30/09/2013			31/12/2012			30/09/2012		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					193.861	1.608.649	1.802.510	640.277	1.730.744	2.371.021	303.049	1.753.608	2.056.657
Proger urbano					124.467	1.118.796	1.243.263	568.656	1.176.271	1.744.927	231.277	1.177.910	1.409.187
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	124.465	1.113.889	1.238.354	568.630	1.170.618	1.739.248	231.252	1.171.982	1.403.234
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	27	27	-	32	32	-	33	33
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	2	4.880	4.882	26	5.621	5.647	25	5.895	5.920
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	965	9.298	10.263	1.154	18.503	19.657	1.141	22.261	23.402
FAT infraestrutura					67.183	476.471	543.654	68.364	528.992	597.356	68.543	544.807	613.350
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	67.183	476.471	543.654	68.364	528.992	597.356	68.543	544.807	613.350
FAT – PNMPO					1.246	4.084	5.330	2.103	6.978	9.081	2.088	8.630	10.718
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	1.246	4.084	5.330	2.103	6.978	9.081	2.088	8.630	10.718
Linhas de crédito especiais					309	74.149	74.458	3.758	75.372	79.130	7.088	78.564	85.652
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	309	74.149	74.458	327	74.188	74.515	338	74.177	74.515
FAT - giro setorial					-	-	-	3.431	1.184	4.615	6.750	4.387	11.137
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	2.102	711	2.813	4.155	2.680	6.835
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	1.329	473	1.802	2.595	1.707	4.302
Total					194.170	1.682.798	1.876.968	644.035	1.806.116	2.450.151	310.137	1.832.172	2.142.309

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Carteira Própria (1)	70.508.272	47.601.744	53.983.938	70.424.699	47.402.335	53.783.679
Letras Financeiras do Tesouro	4.529.244	5.726.127	5.485.613	4.529.244	5.726.127	5.485.613
Letras do Tesouro Nacional	38.821.622	31.323.880	28.086.336	38.821.622	31.323.880	28.086.336
Notas do Tesouro Nacional	26.791.378	10.498.921	20.392.956	26.707.805	10.299.512	20.192.697
Debêntures	366.028	52.816	19.033	366.028	52.816	19.033
Carteira de Terceiros	78.570.370	46.506.234	55.114.093	78.570.370	46.506.234	55.114.093
Letras Financeiras do Tesouro	4.818.069	14.485.341	400.525	4818069	14.485.341	400.525
Letras do Tesouro Nacional	32.468.879	11.309.679	15.110.066	32.468.879	11.309.679	15.110.066
Notas do Tesouro Nacional	41.283.422	20.711.214	39.603.502	41.283.422	20.711.214	39.603.502
Total	149.078.642	94.107.978	109.098.031	148.995.069	93.908.569	108.897.772
Passivo circulante	146.771.653	90.984.561	107.333.825	146.688.080	90.785.152	107.133.566
Passivo não circulante	2.306.989	3.123.417	1.764.206	2.306.989	3.123.417	1.764.206

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Carteira própria	(1.371.748)	(3.567.992)	(979.775)	(2.695.220)
Carteira de terceiros	(1.769.923)	(3.524.556)	(1.020.126)	(3.180.908)
Carteira de livre movimentação	-	-	-	(103)
Total	(3.141.671)	(7.092.548)	(1.999.901)	(5.876.231)

Descrição	CAIXA CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Carteira própria	(1.369.910)	(3.559.860)	(975.592)	(2.670.452)
Carteira de terceiros	(1.769.923)	(3.524.556)	(1.020.126)	(3.180.908)
Carteira de livre movimentação	-	-	-	(103)
Total	(3.139.833)	(7.084.416)	(1.995.718)	(5.851.463)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Depósitos	Indexador	Vencimento				30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	574.204	574.204	568.713	550.170
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	12.197	12.197	12.052	11.509
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	11.858	11.858	17.958	19.913
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.536	8.536	8.236	8.179
Letra Imobiliária	CDI	2.923.823	4.317.847	10.013.699	28.306.738	45.562.107	26.586.977	22.956.220
Letra Financeira	CDI	2.090.109	1.636.103	9.500.408	8.195.503	21.422.123	17.626.747	16.145.271
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	102.783	114.340	220.599	1.184.130	1.621.852	1.055.828	-
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	232.342	232.342	-	-
Total		5.116.715	6.068.290	19.734.706	38.525.508	69.445.219	45.876.511	39.691.262
Passivo circulante						30.919.711	13.708.836	13.291.083
Passivo não circulante						38.525.508	32.167.675	26.400.179

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Letras Imobiliárias	(828.663)	(1.843.312)	(358.497)	(1.034.742)
Letras Hipotecárias	(25.791)	(65.656)	(34.473)	(79.101)
Letras Financeiras	(446.771)	(1.138.855)	(263.234)	(572.789)
Total	(1.301.225)	(3.047.823)	(656.204)	(1.686.632)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos denominados em dólar, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Título	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/09/2013 (1)	31/12/2012 (1)
Notas Seniores	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.098.692	2.109.985
Notas Seniores	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.265.427	1.016.698
Total						3.364.119	3.126.683

(1) Valores em milhares de R\$.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Repasse no país	148.218.061	123.737.439	112.036.022
FGTS	125.312.588	104.796.216	97.550.335
BNDES	21.566.813	17.556.030	13.614.772
Tesouro Nacional – PIS	628.343	755.602	720.762
Outras instituições	710.317	629.591	150.153
Empréstimos no exterior	1.526.432	43.300	7.778
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	857.354	40.803	5.282
Demais linhas de crédito	669.078	2.497	2.496
Total de obrigações por empréstimos e repasses	149.744.493	123.780.739	112.043.800
Passivo circulante	2.605.356	2.399.414	2.546.632
Passivo não circulante	147.139.137	121.381.325	109.497.168

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras, a juros de até 2,012% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2014. Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações p/ empréstimos/repasses do País – Instituições oficiais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
FGTS	(1.888.198)	(5.314.091)	(1.504.508)	(4.478.570)
BNDES	(324.131)	(817.463)	(170.445)	(515.807)
Tesouro Nacional – PIS	(11.126)	(31.604)	(6.220)	(25.534)
Empréstimos no exterior	(39.951)	(123.571)	(235)	(864)
Outras instituições	(59.425)	(153.354)	(8.688)	(28.550)
Total	(2.322.831)	(6.440.083)	(1.690.096)	(5.049.325)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/09/2012 (Nota 3 (s))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.035.939	258.984	758.862
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	48.296	93.105	60.821
Sociais e estatutárias	1.575.527	5.660.303	1.764.690
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.882.801	1.819.106	1.527.327
Negociação e intermediação de valores	24.343	5.075	45.647
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.724.299	7.629.604	6.773.906
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	12.022.958	12.190.735	12.016.184
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	36.977.813	28.452.993	27.889.010
Diversas (Nota 18 (f))	42.035.361	34.665.808	33.062.153
Total	104.327.337	90.775.713	83.898.600
Passivo circulante	56.014.362	50.958.435	43.813.921
Passivo não circulante	48.312.975	39.817.278	40.084.679

CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/09/2012 (Nota 3 (s))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.035.939	258.984	758.862
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	48.296	93.105	60.821
Sociais e estatutárias	1.575.527	5.660.303	1.764.690
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.073.195	1.973.675	1.627.735
Negociação e intermediação de valores	24.343	5.075	45.647
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.724.299	7.629.604	6.773.906
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	12.022.958	12.190.735	12.016.184
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	36.977.813	28.452.993	27.889.010
Diversas (Nota 18 (f))	42.035.737	34.666.083	33.062.353
Total	104.518.107	90.930.557	83.999.208
Passivo circulante	56.205.132	51.113.279	43.914.529
Passivo não circulante	48.312.975	39.817.278	40.084.679

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Tributos sobre salários a recolher	341.354	516.487	291.263
Tributos sobre serviços a recolher	177.985	168.785	146.461
Tributos sobre lucros a recolher	204.550	162.283	117.559
Imposto de renda	25.840	-	(1)
Contribuição social	13.360	-	-
COFINS	142.331	139.903	101.193
PASEP	23.019	22.380	16.367
Tributos diferidos	905.661	710.680	732.952
Reavaliação – edificações	156.496	162.625	179.485
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	493.389	491.715
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861	-
Contratos futuros	693.363	-	-
Outros	55.802	50.805	61.752
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	253.251	260.871	239.092
Total	1.882.801	1.819.106	1.527.327
Passivo circulante	1.726.305	1.656.481	1.347.842
Passivo não circulante	156.496	162.625	179.485

CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Tributos sobre salários a recolher	341.354	516.487	291.263
Tributos sobre serviços a recolher	177.985	168.785	146.461
Tributos sobre lucros a recolher	205.287	171.980	117.564
Imposto de renda	26.305	3	(1)
Contribuição social	13.577	4.541	5
COFINS	142.376	144.137	101.193
PASEP	23.029	23.299	16.367
Tributos diferidos	1.095.318	855.552	833.355
Reavaliação – edificações	156.496	162.625	179.485
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	493.389	491.715
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	189.657	144.872	100.403
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861	-
Contratos futuros	693.363	-	-
Outros	55.802	50.805	61.752
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	253.251	260.871	239.092
Total	2.073.195	1.973.675	1.627.735
Passivo circulante	1.916.699	1.811.050	1.448.250
Passivo não circulante	156.496	162.625	179.485

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Fundos e programas sociais	7.648.127	5.893.513	5.796.095
FGTS	4.015.671	2.749.577	2.982.651
Minha Casa Minha Vida	2.508.051	2.209.705	2.090.689
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	265.334	266.760	318.131
Programas de transferência de renda	255.349	204.836	181.364
Outros fundos e programas	603.722	462.635	223.260
Fundos financeiros e de desenvolvimento	408.589	498.703	382.358
PIS	245.378	497.299	380.954
FAT	161.807	-	-
FINSOCIAL	1.404	1.404	1.404
Operações com loterias	667.583	1.237.388	595.453
Total	8.724.299	7.629.604	6.773.906

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada, conforme Resolução CMN nº 2.837/01, sucedida pela Resolução CMN nº 3.444/07.

Em 11 de outubro de 2005, o BACEN aprovou a contratação de R\$ 3.439.717. O início de retorno dessa dívida ocorreu a partir de 20 de março de 2013. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 6,125% a.a., correspondente à taxa efetiva de 6,3% a.a.

Em agosto de 2011, o BACEN aprovou operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa contratação será a partir de 20 de junho de 2019. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 5,837% a.a., correspondente à taxa efetiva de 5,996% a.a.

Em junho de 2012, o BACEN aprovou nova operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa dívida será a partir de 20 de julho de 2020. Sobre o valor total da dívida atualizada incidirão juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa anual nominal de 4,967%, a.a. correspondente à taxa efetiva de 5,082% a.a.

Estas contratações apresentam um saldo devedor de R\$ 12.022.958 (31/12/2012 – R\$ 12.190.735; 30/09/2012 – R\$ 12.016.184).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao Nível II de capital.

O instrumento não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital Nível II.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a Caixa e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Os recursos visam à ampliação das margens operacionais da CAIXA. O BACEN, por meio dos Ofícios Deorf/Cofin II 09053/2012 e 09054/2012, autorizou a CAIXA a considerar R\$ 3.850.472 captação elegível aos Níveis I e II do Patrimônio de Referência, a partir de setembro 2012; R\$ 4.413.201 a partir de outubro 2012 e o restante a partir da monetização dos títulos recebidos da União.

Em 12 de junho de 2013, por meio da Medida Provisória nº 620, foi autorizada uma nova contratação entre a Caixa e a União no montante de R\$ 8.000.000 como instrumento híbrido de capital e dívida. A operação foi realizada em 28 de junho de 2013 por meio de Letras do Tesouro Nacional, LTN com vencimento de R\$ 2.000.000 em 2014, R\$ 1.000.000 em 2015 e R\$ 5.000.000 em 2016.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos instrumentos:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Medida provisória nº 347/07	5.200.000	5.200.000	5.200.000
Atualização monetária e juros – MP nº 347/07	2.254.841	1.849.933	1.826.148
Medida provisória nº 470/09	5.999.999	5.999.999	5.999.999
Atualização monetária e juros – MP nº 470/09	1.796.262	2.125.600	1.855.152
Medida provisória nº 581/12	12.999.998	12.999.998	12.999.998
Atualização monetária e juros – MP nº 581/12	623.830	277.463	7.713
Medida provisória nº 620/13	8.000.000	-	-
Atualização monetária e juros – MP nº 620/13	102.883	-	-
Total	36.977.813	28.452.993	27.889.010

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Diversas

INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/09/2012 (Nota 3 (s))
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	12.182.666	10.779.158	9.241.794
Credores diversos - País (Nota f.2)	12.157.568	9.504.385	8.798.671
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	2.928.785	2.629.178	2.862.975
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.058.517	3.511.622	3.484.400
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	176.473	43.308	42.939
Financiamentos imobiliários a liberar	5.853.859	4.742.900	4.452.875
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	294.926	352.091	371.019
Recursos vinculados a cessão de crédito	4.447.491	2.485.104	2.510.060
Obrigações por convênios	513.137	258.503	451.253
Obrigações por contribuições ao SFH	29.881	28.611	28.020
Recursos do FGTS para amortizações	292.151	205.722	194.320
Valores a pagar a sociedades ligadas	99.879	125.067	618.574
Credores diversos Exterior	28	159	5.253
Total	42.035.361	34.665.808	33.062.153
Passivo circulante	42.035.361	34.665.808	33.062.153

(1) Recursos vinculados a operações de crédito referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/09/2012 (Nota 3 (s))
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	12.183.044	10.779.433	9.241.994
Credores diversos - País (Nota f.2)	12.157.568	9.504.385	8.798.671
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	2.928.785	2.629.178	2.862.975
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.058.517	3.511.622	3.484.400
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	176.473	43.308	42.939
Financiamentos imobiliários a liberar	5.853.859	4.742.900	4.452.875
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	294.926	352.091	371.019
Recursos vinculados a cessão de crédito	4.447.491	2.485.104	2.510.060
Obrigações por convênios	513.137	258.503	451.253
Obrigações por contribuições ao SFH	29.881	28.611	28.020
Recursos do FGTS para amortizações	292.149	205.722	194.320
Valores a pagar a sociedades ligadas	99.879	125.067	618.574
Credores diversos Exterior	28	159	5.253
Total	42.035.737	34.666.083	33.062.353
Passivo circulante	42.035.737	34.666.083	33.062.353

(1) Recursos vinculados a operações de crédito referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.1) Provisão para pagamentos a efetuar

INDIVIDUAL			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/09/2012 (Nota 3 (s))
Despesas de pessoal	2.537.159	1.832.211	2.168.906
Benefícios pós-emprego - CPC 33 (Nota 32 (a))	7.913.878	7.354.728	5.550.756
Saúde CAIXA	6.821.179	6.276.166	4.888.925
Auxílio e cesta alimentação	844.672	844.804	583.824
PREVHAB	39.942	47.570	43.476
Planos de benefícios – previdência privada	208.085	186.188	34.531
Pré- pagamento crédito imobiliário	1.337.444	1.101.666	1.034.309
Outros pagamentos	394.185	490.553	487.823
Total	12.182.666	10.779.158	9.241.794

CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/09/2012 (Nota 3 (s))
Despesas de pessoal	2.537.537	1.832.486	2.169.106
Benefícios pós-emprego - CPC 33 (Nota 32 (a))	7.913.878	7.354.728	5.550.756
Saúde CAIXA	6.821.179	6.276.166	4.888.925
Auxílio e cesta alimentação	844.672	844.804	583.824
PREVHAB	39.942	47.570	43.476
Planos de benefícios – previdência privada	208.085	186.188	34.531
Pré- pagamento crédito imobiliário	1.337.444	1.101.666	1.034.309
Outros pagamentos	394.185	490.553	487.823
Total	12.183.044	10.779.433	9.241.994

(f.2) Credores diversos – País

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Cartões de crédito	5.330.883	4.604.588	3.789.216
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	246.862	253.687	257.881
Fornecedores	883.457	755.547	699.135
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	574.915	495.448	516.575
Crédito comercial – repasses	60.678	395.629	405.342
Crédito imobiliário – repasses	639.462	607.165	676.147
Obrigações com a União – repasses	37.368	35.247	34.563
Outros credores – poupança simplificada	499.862	499.944	499.952
Contas a pagar	1.027.522	87.317	87.663
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	43.033	34.669	33.510
Valores a pagar – Royalties (2)	151.063	-	-
Valores a restituir – penhor	1.954.583	147.547	138.623
Valores a apropriar (3)	307.880	1.412.988	979.967
Outros credores diversos	400.000	174.609	680.097
Total	12.157.568	9.504.385	8.798.671

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Aquisição de royalties e participações especiais sobre a produção de petróleo e gás natural, a que tem direito o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA

(3) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9 (b)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA.

Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 17,03% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Reservas de Reavaliação	407.673	423.165	453.130
Reservas de Lucros	3.062.938	2.693.064	4.459.454
Reserva legal	1.826.357	1.669.327	1.508.342
Reserva estatutária – loterias	1.141.143	928.299	644.551
Reservas margem operacional	95.438	95.438	2.306.561

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Em 2013, foi repassado à União o montante de R\$ 3.000.000, a título de antecipação de dividendos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	30/09/2013	30/09/2012
Lucro líquido	5.005.961	4.196.556
Reserva legal	(1.826.357)	(1.508.341)
Realização de reserva	21.620	19.767
Reserva de loterias	(1.141.143)	(644.551)
Base para cálculo dos dividendos	2.060.081	2.063.431
Dividendos declarados	1.005.647	1.116.621
Juros sobre o capital próprio	928.331	802.855
Dividendos	77.316	313.766

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Créditos tributários**

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

Os créditos tributários possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R\$ 1.830.807 (31/12/2012 – R\$ 1.485.753; 30/09/2012 R\$ 1.417.211) na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos Tributários									
Descrição	30/09/2013			31/12/2012			30/09/2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	6.690.034	3.880.112	10.570.146	5.769.665	3.326.970	9.096.635	5.399.336	3.100.486	8.499.822
Provisão SFH	780.690	468.414	1.249.104	753.805	452.283	1.206.088	757.225	454.335	1.211.560
Provisão p/ causas judiciais	1.600.713	960.428	2.561.141	1.609.686	965.811	2.575.497	1.655.807	993.484	2.649.291
Outros	1.194.115	636.672	1.830.787	972.020	513.711	1.485.731	927.493	489.708	1.417.201
Provisão SAÚDE CAIXA - CPC 33	1.705.295	1.023.177	2.728.472	1.521.876	913.126	2.435.002	1.470.849	882.510	2.353.359
Ajuste a mercado – resultado	426.562	255.937	682.499	186.784	112.071	298.855	191.928	115.157	307.085
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	200.322	120.193	320.515	171.156	102.694	273.850	59.766	35.860	95.626
Ajuste Perdas Atuariais CPC 33	144.779	86.867	231.646	-	-	-	-	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	12.742.510	7.431.800	20.174.310	10.984.992	6.386.666	17.371.658	10.462.404	6.071.540	16.533.944
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570
Baixas até o período	(1.247.313)	-	(1.247.313)	(1.010.391)	-	(1.010.391)	(986.074)	-	(986.074)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(610.209)	(610.209)	-	(467.635)	(467.635)	-	(453.579)	(453.579)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(427.146)	(427.146)	-	(327.344)	(327.344)	-	(317.505)	(317.505)
Total	14.468.767	7.720.099	22.188.866	12.948.171	6.917.341	19.865.512	12.449.900	6.626.110	19.076.010

Créditos Tributários									
Descrição	30/09/2013			31/12/2012			30/09/2012		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Ajuste a mercado – resultado	10.220	62.892	73.112	3.390	20.862	24.252	3.419	21.042	24.461
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	5.462	33.615	39.077	4.667	28.720	33.387	1.630	10.029	11.659
Total	15.682	96.507	112.189	8.057	49.582	57.639	5.049	31.071	36.120

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 30 de junho de 2013 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2013	234.346	121.816	104.063	7.707.542	8.167.767
2014	447.145	-	114.926	5.468.417	6.030.488
2015	699.502	-	-	432.218	1.131.720
2016	395.876	-	-	419.232	815.108
2017	-	-	-	413.838	413.838
2018 a 2022	-	-	-	2.070.721	2.070.721
Total	1.776.869	121.816	218.989	16.511.968	18.629.642

VALOR PRESENTE					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2013	231.881	120.535	102.968	7.626.472	8.081.856
2014	415.829	-	106.877	5.085.432	5.608.138
2015	610.236	-	-	377.061	987.297
2016	323.368	-	-	342.446	665.814
2017	-	-	-	316.517	316.517
2018 a 2022	-	-	-	1.372.940	1.372.940
Total	1.581.314	120.535	209.845	15.120.868	17.032.562

(b) Movimentação do crédito tributário

A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R\$ 1.522.619 na demonstração consolidada.

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2012	19.923.151	(3.484.346)	16.438.805
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	2.179.091	-	2.179.091
Reversão de Provisão	345.249	(345.249)	-
Constituição PASEP/COFINS	48.860	-	48.860
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	52.355	-	52.355
Const. Cred. Tributário Perda Atuarial CPC 33	231.646	-	231.646
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(236.922)	-	(236.922)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(142.574)	-	(142.574)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(99.801)	-	(99.802)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	-	-	-
Saldo em 30/09/2013	22.301.055	(3.829.595)	18.471.459
Saldo em 30/09/2012	19.112.130	(4.160.858)	14.951.272

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	INDIVIDUAL							
	2013				2012			
	3º trimestre		Acumulado setembro		3º trimestre		Acumulado setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.707.674	1.707.674	4.803.789	4.803.789	1.181.323	1.181.323	3.963.069	3.963.069
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(426.916)	(256.148)	(1.200.933)	(720.565)	(295.324)	(177.198)	(990.749)	(594.460)
Efeitos tributários adições e exclusões	133.341	78.272	36.545	20.524	147.688	87.042	214.692	127.630
Juros sobre o capital próprio	77.372	46.424	232.083	139.250	62.698	37.618	200.714	120.428
Participação dos empregados nos lucros	47.502	28.501	142.580	85.548	88.660	53.196	162.017	97.210
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	50.611	52.507	236.922	242.376	(1.115)	(336)	124.003	127.088
Incentivo fiscal	10.942	-	29.705	-	3.590	-	16.695	-
Reserva de reavaliação	973	584	4.317	2.590	1.456	874	4.465	2.679
Despesa corrente	(106.175)	(49.860)	(518.781)	(230.277)	7.653	1.196	(268.163)	(119.425)
Ativo fiscal diferido	301.039	158.322	1.161.226	538.567	269.625	164.715	967.531	494.277
Diferenças Temporárias	351.651	210.830	1.304.153	780.943	268.511	164.378	980.978	621.365
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(50.612)	(30.886)	(142.927)	(142.574)	1.114	197	(13.447)	(74.758)
CSLL a 18%	-	(21.622)	-	(99.802)	-	140	-	(52.330)
Passivo Fiscal Diferido	27.730	16.638	(111.402)	(66.841)	50.212	30.127	(120.415)	(72.249)
Despesa diferida/marcação a mercado	27.730	16.638	(111.402)	(66.841)	50.212	30.127	(120.415)	(72.249)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	222.594	125.100	531.043	241.449	327.490	196.038	578.953	302.603

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO								
Descrição	2013				2012			
	3º trimestre		Acumulado setembro		3º trimestre		Acumulado setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.709.897	1.709.897	4.806.704	4.806.704	1.182.019	1.182.019	3.967.504	3.967.504
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(426.739)	(256.047)	(1.200.929)	(720.568)	(295.499)	(177.303)	(991.858)	(595.126)
Efeitos tributários adições e exclusões	14.347	7.534	36.543	20.523	(312.208)	(188.928)	(245.205)	(148.338)
Juros sobre o capital próprio	77.372	46.423	232.083	139.250	62.698	37.619	200.714	120.428
Participação dos empregados nos lucros	47.502	28.501	142.580	85.548	88.661	53.196	162.017	97.210
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	50.611	52.506	236.922	242.376	5.350	6.258	130.468	133.681
Incentivo fiscal	10.942	-	29.705	-	3.951	-	17.057	-
Reserva de reavaliação	973	584	4.317	2.590	1.456	874	4.465	2.679
Part. Em coligadas e controladas	42.190	25.314	119.349	71.610	10.694	6.417	68.808	41.285
Outros	75.000	44.733	(121.485)	(72.385)	442.036	262.877	382.107	227.576
Despesa corrente	(107.802)	(50.452)	(520.915)	(231.056)	7.139	1.010	(271.427)	(120.605)
Ativo fiscal diferido	301.035	158.322	1.161.224	538.567	269.628	164.716	967.537	494.279
Diferenças Temporárias	351.647	210.829	1.304.151	780.943	268.514	164.379	980.984	621.367
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(50.612)	(30.886)	(142.927)	(142.574)	1.114	198	(13.447)	(74.758)
CSLL a 18%	-	(21.621)	-	(99.802)	-	139	-	(52.330)
Passivo Fiscal Diferido	27.730	16.638	(111.402)	(66.841)	50.212	30.127	(120.414)	(72.249)
Despesa diferida/marcação a mercado	27.730	16.636	(111.402)	(66.841)	50.212	30.127	(120.414)	(72.249)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	220.963	124.508	528.907	240.670	326.979	195.853	575.696	301.425

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Resultado de operação de crédito	12.478.545	33.303.779	8.652.587	25.190.200
Operações compromissadas	2.279.587	5.222.673	1.690.200	4.555.284
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.629.570	2.139.446	1.242.611	4.813.034
Ativos financeiros disponíveis para venda	291.644	696.856	113.525	339.414
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	912.294	3.610.889	1.368.842	4.452.285
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	384.707	2.342.891	(108.009)	(1.012.030)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.393.641	3.493.136	1.071.349	3.388.003
Créditos vinculados ao SFH	280.521	1.079.957	275.712	981.390
Resultado com câmbio	(138.764)	(324.250)	4.912	14.434
Outras	177.456	363.898	105.365	248.185
Total	19.689.201	51.929.275	14.417.094	42.970.199

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Operações com clientes	(6.293.300)	(16.231.013)	(4.495.570)	(13.268.252)
Operações com instituições financeiras	(9.655)	(49.553)	(178.980)	(462.286)
Operações compromissadas	(3.141.671)	(7.092.548)	(1.999.901)	(5.876.231)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.322.831)	(6.440.083)	(1.690.096)	(5.049.325)
Depósitos especiais e fundos e programas	(240.111)	(832.546)	(177.015)	(620.056)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(2.355.391)	(6.677.020)	(1.944.221)	(5.579.217)
Outras	(62.587)	(155.727)	(14.203)	(14.203)
Total	(14.425.546)	(37.478.490)	(10.499.986)	(30.869.570)

CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Operações com clientes	(6.287.527)	(16.221.760)	(4.495.487)	(13.267.232)
Operações com instituições financeiras	(9.655)	(49.553)	(178.980)	(462.286)
Operações compromissadas	(3.139.833)	(7.084.415)	(1.995.718)	(5.851.462)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.322.831)	(6.440.083)	(1.690.096)	(5.049.325)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(240.111)	(832.546)	(177.015)	(620.056)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(2.355.391)	(6.677.020)	(1.944.221)	(5.579.217)
Outras	(62.587)	(155.727)	(14.203)	(14.203)
Total	(14.417.935)	(37.461.104)	(10.495.720)	(30.843.781)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias**a) Receitas de prestação de serviços**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Rendas de cartões	313.211	908.600	208.269	637.930
Operações de crédito e garantias prestadas	409.947	1.287.870	396.481	1.145.272
Cobrança	153.465	434.733	132.460	392.086
Arrecadações	528.609	1.586.789	477.880	1.380.593
Fundos de investimentos e carteiras administradas	366.475	1.015.541	298.256	819.819
Conta corrente	24.087	82.987	30.642	103.739
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.356.608	3.822.012	1.234.354	3.497.735
Programa de Transferência de Renda	91.677	268.485	76.320	215.571
Prestados a ligadas	166.315	429.781	122.329	398.769
Outros serviços	71.602	219.788	78.252	232.760
Total	3.481.996	10.056.586	3.055.243	8.824.274

b) Rendas de Tarifas Bancárias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Rendas de cartões	86.321	236.166	60.738	175.414
Operações de crédito e cadastro	185.887	528.114	174.227	509.333
Pacote de serviços	337.633	899.731	255.034	704.715
Contas de depósito	79.578	214.239	66.796	187.975
Transferência de recursos	34.741	98.298	29.591	83.249
Outras	2.781	7.615	2.576	8.513
Total	726.941	1.984.163	588.962	1.669.199

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Proventos	(2.500.026)	(7.246.965)	(2.050.742)	(6.080.216)
Salários e proventos	(2.229.073)	(6.618.360)	(1.952.848)	(5.711.486)
Indenizações trabalhistas	(270.953)	(628.605)	(97.894)	(368.730)
Benefícios	(486.435)	(1.404.249)	(303.102)	(895.483)
Encargos sociais:	(910.104)	(2.668.502)	(799.906)	(2.317.249)
FGTS	(170.233)	(498.614)	(150.404)	(437.201)
Previdência social	(528.422)	(1.543.665)	(468.138)	(1.346.143)
Prev. complementar	(160.414)	(477.660)	(136.375)	(403.925)
Outros encargos	(51.035)	(148.563)	(44.989)	(129.980)
Outros	(59.748)	(150.547)	(50.235)	(129.033)
Total	(3.956.313)	(11.470.263)	(3.203.985)	(9.421.981)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Proventos	(2.500.322)	(7.247.865)	(2.051.180)	(6.081.205)
Salários e proventos	(2.229.369)	(6.619.260)	(1.953.286)	(5.712.475)
Indenizações trabalhistas	(270.953)	(628.605)	(97.894)	(368.730)
Benefícios	(486.435)	(1.404.248)	(303.102)	(895.483)
Encargos sociais:	(910.206)	(2.668.830)	(800.023)	(2.317.532)
FGTS	(170.255)	(498.682)	(150.428)	(437.255)
Previdência social	(528.482)	(1.543.860)	(468.211)	(1.346.312)
Prev. complementar	(160.428)	(477.702)	(136.388)	(403.966)
Outros encargos	(51.041)	(148.586)	(44.996)	(129.999)
Outros	(59.701)	(150.566)	(50.310)	(129.145)
Total	(3.956.664)	(11.471.509)	(3.204.615)	(9.423.365)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comunicações	(166.411)	(462.268)	(143.958)	(465.525)
Manutenção e conservação de bens	(207.857)	(604.763)	(250.264)	(663.337)
Água e energia	(64.207)	(211.376)	(64.576)	(208.419)
Aluguéis e arrendamento de bens	(288.835)	(842.798)	(224.396)	(666.589)
Despesas de material	(57.412)	(155.559)	(56.794)	(173.797)
Processamento de dados	(259.892)	(800.681)	(232.886)	(703.538)
Promoções e relações públicas	(71.130)	(218.244)	(52.773)	(123.309)
Propaganda e publicidade	(110.717)	(253.905)	(108.814)	(301.226)
Serviços do sistema financeiro	(94.483)	(268.943)	(81.375)	(234.043)
Serviços de terceiros	(343.771)	(999.443)	(294.484)	(824.359)
Serviços especializados	(161.654)	(429.828)	(134.069)	(356.183)
Serviços de vigilância e segurança	(217.016)	(562.250)	(176.838)	(522.066)
Depreciação e amortização	(298.690)	(870.466)	(255.835)	(675.765)
Outras administrativas	(106.876)	(283.117)	(89.114)	(225.224)
Total	(2.448.951)	(6.963.641)	(2.166.176)	(6.143.380)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comunicações	(166.411)	(462.268)	(143.958)	(465.525)
Manutenção e conservação de bens	(207.857)	(604.763)	(250.264)	(663.337)
Água e energia	(64.207)	(211.376)	(64.576)	(208.419)
Aluguéis e arrendamento de bens	(288.835)	(842.798)	(224.396)	(666.589)
Despesas de material	(57.412)	(155.559)	(56.794)	(173.797)
Processamento de dados	(259.892)	(800.681)	(232.886)	(703.538)
Promoções e relações públicas	(71.130)	(218.245)	(52.773)	(123.309)
Propaganda e publicidade	(110.717)	(253.905)	(108.814)	(301.226)
Serviços do sistema financeiro	(94.483)	(268.943)	(81.375)	(234.043)
Serviços de terceiros	(343.771)	(999.443)	(294.484)	(824.359)
Serviços especializados	(161.861)	(431.041)	(134.428)	(360.186)
Serviços de vigilância e segurança	(217.016)	(562.249)	(176.838)	(522.066)
Depreciação e amortização	(298.690)	(870.466)	(255.835)	(675.765)
Outras administrativas	(106.888)	(283.757)	(89.269)	(225.596)
Total	(2.449.170)	(6.965.494)	(2.166.690)	(6.147.755)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comissões e taxas s/ operações	1.300.796	3.898.543	1.100.340	2.740.009
Recuperação de despesas	433.507	1.551.488	243.368	684.738
Reversão de outras provisões operacionais	559.150	1.406.190	327.613	1.066.359
Receitas de cartões de crédito	10.718	23.666	36.352	112.461
Receitas de dividendos	2.925	4.902	81	1.379
Atualização de depósitos em garantia	132.566	370.059	123.450	414.539
Rendas de créditos específicos	13.085	34.324	11.041	89.882
Resultado com marcação a mercado hedge contábil (1)	(330.383)	-	-	-
Receitas de loterias	52.271	57.985	21.106	108.162
Reversão de despesas - repactuação IHCD (2)	193.283	193.283	-	-
Outras receitas operacionais	62.513	206.328	21.692	289.951
Total	2.430.431	7.746.768	1.885.043	5.507.480

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comissões e taxas s/ operações	1.300.796	3.898.543	1.100.340	2.740.009
Recuperação de despesas	432.328	1.547.564	242.246	681.094
Reversão de outras provisões operacionais	559.150	1.406.189	327.613	1.066.359
Receitas de cartões de crédito	10.718	23.665	36.352	112.461
Receitas de dividendos	12.648	24.306	8.634	17.550
Atualização de depósitos em garantia	132.566	370.059	123.450	414.539
Rendas de créditos específicos	13.085	34.324	11.041	89.882
Resultado com marcação a mercado hedge contábil (1)	(330.383)	-	-	-
Receitas de loterias	52.271	57.985	21.106	108.162
Reversão de despesas - repactuação IHCD (2)	193.283	193.283	-	-
Outras receitas operacionais	62.586	203.530	21.693	286.901
Total	2.439.048	7.759.448	1.892.475	5.516.957

(1) Reversão de receita verificada no 1º semestre de 2013, decorrente dos efeitos contábeis relativos à alteração do critério de classificação do instrumento financeiro derivativo destinado à proteção da captação externa, o hedge contábil deixou de ser classificado como hedge de fluxo de caixa e passou a ser classificado como hedge de valor justo ou de risco de mercado (Nota 3 (f)).

(2) Reversão de despesa do 1º semestre de 2013 decorrente de repactuação da taxa contratada de contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
FCVS a receber - provisão/perdas	(169.826)	(544.395)	(142.797)	(248.334)
Obrigações com fundos e programas	(82.198)	(232.831)	(41.477)	(145.178)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(558.583)	(2.065.399)	(357.218)	(1.202.186)
Despesas com cartão	(271.173)	(726.890)	(250.899)	(647.459)
Despesas com loterias	(48.087)	(143.823)	(38.569)	(122.299)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais (1)	(520.324)	(1.522.740)	(441.585)	(1.228.413)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(122.634)	(362.460)	(114.777)	(342.921)
Serviços automatizados	(56.688)	(162.477)	(39.495)	(113.617)
Alavancagem de negócios	(90.167)	(235.405)	(45.037)	(144.815)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	(81.466)	(233.684)	(75.191)	(217.690)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(148.947)	(386.210)	(141.801)	(319.423)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(64.142)	(167.694)	(20.836)	(57.451)
Descontos de operações de crédito	(75.875)	(237.796)	(115.060)	(317.938)
Atualiz. monetária s/ restituição e recolhimentos	(1.261)	(1.408)	(51)	(75)
Título no exterior – marcação a mercado	83.250	43.592	-	-
Fundo de investimento do FGTS	(8.415)	(14.776)	(7.901)	(21.066)
Créditos administrados por terceiros	(18.047)	(37.390)	(9.995)	(30.132)
Desp. provisões operacionais	(174.860)	(406.023)	(75.967)	(345.306)
Provisão para causas judiciais	(419.953)	(792.759)	(15.279)	(368.791)
Condenações judiciais	(24.709)	(78.045)	(42.134)	(101.639)
Benefícios sociais	(23.111)	(65.299)	(19.844)	(56.058)
Benefício pós-emprego	(175.996)	(527.988)	(148.094)	(445.191)
Outras	(245.909)	(618.493)	(216.671)	(602.756)
Total	(3.299.121)	(9.520.393)	(2.360.678)	(7.078.738)

(1) Aglutinação dos itens “Correspondente não Bancário” e “Desp. Revendedor lotérico” divulgados separadamente em setembro de 2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Receitas não operacionais	141.190	327.634	84.254	187.078
Lucro na alienação de valores e bens	103.283	157.810	34.946	93.503
Alienação de bens imóveis	9.534	94.889	7.834	21.903
Sobras de caixa não reclamadas	11.054	30.385	7.528	22.223
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	540	4.605	404	409
Multas e penalidades	5.456	19.095	3.849	13.451
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	7.644	12.003	22.167	22.167
Outras rendas não operacionais	3.679	8.847	7.526	13.422
Despesas não operacionais	(115.590)	(316.733)	(125.907)	(320.878)
Desvalorização de outros valores e bens	(2.464)	(6.150)	(1.134)	(3.188)
Indenizações por perdas e danos	(55.276)	(128.418)	(41.327)	(95.181)
Perdas em imóveis	(4.744)	(22.819)	(10.237)	(30.273)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(34.548)	(100.624)	(35.252)	(124.713)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(5.127)	(14.031)	(3.390)	(9.099)
Perdas em cartões de crédito	(9.168)	(29.418)	(9.545)	(27.699)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(587)	(1.601)	(22.134)	(22.139)
Perdas de capital	(1)	(4.394)	-	-
Outras despesas não operacionais	(3.675)	(9.278)	(2.888)	(8.586)
Total	25.600	10.901	(41.653)	(133.800)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Contribuição COFINS	(433.334)	(1.177.233)	(318.620)	(983.695)
PIS/PASEP	(70.417)	(191.300)	(51.776)	(159.850)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(123.713)	(347.095)	(102.073)	(282.717)
Despesas com IPTU	(2.073)	(50.543)	(1.659)	(42.468)
Outras	(3.807)	4.796	(3.566)	(30.012)
Total	(633.344)	(1.761.375)	(477.694)	(1.498.742)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Contribuição COFINS	(433.387)	(1.177.323)	(318.625)	(983.707)
PIS/PASEP	(70.428)	(191.320)	(51.777)	(159.852)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(123.713)	(347.095)	(102.073)	(282.717)
Despesas com IPTU	(2.073)	(50.543)	(1.659)	(42.468)
Outras	(3.807)	4.790	(3.566)	(30.386)
Total	(633.408)	(1.761.491)	(477.700)	(1.499.130)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Provisões para causas judiciais

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos, bem como que nenhum processo pendente de julgamento causaria, individualmente, efeito material adverso relevante.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a metodologia adotada pela CAIXA, para cálculo do valor em risco decorrente de ações rotineiras, é baseada no valor médio histórico de condenação pago em processos similares, nos últimos 36 meses (atualizado pelo IPCA). Causas decorrentes de processos relevantes, por outro lado, são calculadas de forma individualizada. Além disso, ações rotineiras têm seu risco sempre classificado como provável. A probabilidade de perda em ações relevantes, diferentemente, é classificada como provável, possível ou remota.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2012	Acumulado setembro de 2013			30/09/2013	30/09/2012
		Novas provisões	Adições de provisões existentes	Reversões/Baixas		
Demandas Fiscais (Nota 18 (b))	260.871	30.435	119.871	(157.926)	253.251	239.092
INSS	47.682	2.539	3.859	(4.052)	50.028	47.166
ISS	155.371	12.015	63.409	(90.491)	140.304	151.675
Outros	57.818	15.881	52.603	(63.383)	62.919	40.251
Demandas Cíveis (Nota 18 (f))	3.511.622	312.176	318.100	(1.083.381)	3.058.517	3.484.400
Perdas e danos	1.311.473	148.892	99.958	(328.455)	1.231.868	1.230.225
Poupança	1.219.216	7.741	85.758	(479.835)	832.880	1.258.362
Loterias	11.586	-	924	(905)	11.605	8.903
Crédito imobiliário	104.094	17.195	8.748	(12.198)	117.839	103.462
Contingenciamento do FGTS	865.253	138.348	122.712	(261.988)	864.325	883.448
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (f))	2.629.178	378.416	456.498	(535.307)	2.928.785	2.862.975
Outras (Nota 18 (f))	43.308	133.165	-	-	176.473	42.939
Total	6.444.979	854.192	894.469	(1.776.614)	6.417.026	6.629.406

(i) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas. A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 30 de setembro de 2013, montam R\$ 1.406.486 (30/09/2012 - R\$ 1.388.377), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 50.028 (30/09/2012 - R\$ 47.165).

As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total, em 30 de setembro de 2013, corresponde ao montante de R\$ 517.658 (30/09/2012 - R\$ 337.545). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 140.303 (30/09/2012 - R\$ 151.675).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 6.421 (30/09/2012 - R\$ 6.179), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade. Em 30 de setembro de 2013, a CAIXA era parte em aproximadamente 56 mil processos trabalhistas provisionados, ajuizados por empregados e ex-empregados, bem como empregados de terceiros prestadores de serviços e por sindicatos, com relação a jornadas de trabalho, acordos coletivos, indenizações, benefícios, planos de previdência e subordinação.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro moveu um processo trabalhista (processo nº 00809002820085010004) contra a CAIXA alegando o não pagamento de hora-extra devida a empregados que desempenham serviços técnicos. O valor envolvido em tal processo é de R\$ 108 milhões, em 30 de setembro de 2013 e uma provisão no mesmo valor foi constituída com base em uma recente análise técnica e jurídica sobre a perspectiva provável de perda neste caso.

As ações cíveis passíveis de provisionamento, em 30 de setembro de 2013, representam cerca de 310 mil processos, relacionadas a seus produtos, operações e serviços, principalmente, serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral, as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente, sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente. O resultado de tais processos depende de recursos que continuam aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça - STJ e no Supremo Tribunal Federal - STF, sendo que referida decisão deverá ser vinculativa a todos os casos relacionados que discutam a mesma matéria. O valor envolvido nesses processos totaliza, em 30 de setembro de 2013, aproximadamente R\$ 1,9 bilhões e foi estabelecida provisão, quando tais processos envolvem probabilidade de perda considerada provável, no montante total de R\$ 832 milhões.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensão reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS para atividades de financiamento imobiliário, ocorrido de acordo com as normas vigentes à época. O valor relacionado a tais processos totaliza, em 30 de setembro de 2013, o equivalente a R\$ 10,7 bilhões e a provisão correspondente, quando tais processos envolvem probabilidade de perda considerada provável, totaliza R\$ 864 milhões, na mesma data.

A CAIXA é parte em uma ação revocatória (processo nº 00526287420068090051), movida por Encol S.A., buscando o cancelamento de uma venda de imóvel para a FUNCEF e de um contrato de empréstimo. Em tal processo é requerida a devolução dos valores desembolsados no âmbito do referido contrato de empréstimo. A CAIXA obteve decisão judicial desfavorável e também não logrou êxito em sua apelação, sendo que atualmente aguarda julgamento de recurso especial pelo STJ. O valor envolvido em tal processo é de R\$ 117 milhões, em 30 de setembro de 2013. Uma provisão no mesmo valor foi constituída, baseada em recente análise técnica e jurídica sobre a perspectiva provável de perda neste caso.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Demandas Fiscais	4.676.991	4.761.175	4.729.583
Demandas Cíveis	2.207.113	2.172.118	2.157.149
Demandas Trabalhistas	51.154	49.449	39.846
Total	6.935.258	6.982.742	6.926.578

(i) Ações fiscais

A CAIXA foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis n.º 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. A CAIXA recorreu da referida autuação no âmbito administrativo, obtendo provimento parcial quanto aos argumentos apresentados no processo administrativo fiscal, pelo que decidiu por ajuizar ação visando ao reconhecimento da nulidade do auto, com o respectivo depósito do montante integral discutido. A administração da CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, classificou essa autuação como probabilidade de perda possível. Os valores discutidos correspondem a R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 3.171.574 de juros, os quais totalizam R\$ 4.340.033 a valores de 30 de setembro de 2013 (30/09/2012 - R\$ 4.245.553).

A CAIXA possui 37 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, CSLL, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e somam R\$ 336.958, em 30 de setembro de 2013 (30/09/2012 - R\$ 484.030).

(ii) Ações cíveis

Foi ajuizada ação popular contra CAIXA e a União em relação a declaração de nulidade de cláusula 7 do termo de distrato que extinguiu o Plano Especial de Benefícios administrados pela Caixa Seguradora S.A. (ex-SASSE); a condenação da CAIXA a restituir ao erário a diferença entre os saldos dos recursos cuja titularidade foi assumida pela CAIXA em 01/11/2002 e o valor que convencionou chamar de "sobra de reserva", bem como a restituir aos assistidos o valor de "sobra de reserva" existente na data da extinção do Plano de Benefícios. De acordo com a análise dos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor calculado como de repercussão econômica, envolvendo todos os pedidos realizados na ação, é de R\$ 1.157.097 atualizado em 30 de setembro de 2013.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Demandas Fiscais	8.358.256	7.869.183	7.759.785
Demandas Cíveis	656.312	592.193	617.875
Demandas Trabalhistas	2.096.934	1.881.421	1.775.120
Total	11.111.502	10.342.797	10.152.780

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas**(a) Transações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco PAN S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco PAN que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.540.030	2.789.541	2.022.648
Banco PAN	3.540.030	2.789.541	2.022.648
Aplicações em operações compromissadas	-	499.992	-
Banco PAN	-	499.992	-
Rendas a receber	2.113.728	1.952.475	2.169.132
Caixa Seguros Holding S.A.	310	334	407
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.113.418	1.952.141	2.168.725
Créditos adquiridos	6.879.978	3.662.652	2.878.431
Banco PAN	6.879.978	3.662.652	2.878.431
Total	12.533.736	8.904.660	7.070.211

PASSIVOS			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Depósitos	208.988	584.727	260.623
Caixa Seguros Holding S.A.	9.239	19.015	14.848
FUNCEF	1.420	879	1.615
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	198.329	564.833	244.160
Repasses do país - instituições oficiais	(1.595)	16.528	1.117
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(1.595)	16.528	1.117
Obrigações diversas	36.334	34.213	33.830
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	36.334	34.213	33.830
Total	243.727	635.468	295.570

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas e despesas representam os valores acumulados nos períodos informados.

RECEITAS				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Rendas de depósitos interfinanceiros	82.541	189.976	40.053	128.724
Banco PAN	82.541	189.976	40.053	128.724
Rendas de prestação de serviços	184.899	474.765	140.008	452.227
Caixa Seguros Holding S.A.	166.315	429.781	122.329	398.769
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	18.584	44.984	17.679	53.458
Outras receitas operacionais	28.948	214.503	40.669	132.888
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	28.948	214.503	40.669	132.888
Total	296.388	879.244	220.730	713.839

DESPESAS				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Despesas administrativas – aluguéis	(14.082)	(50.192)	(11.406)	(33.909)
FUNCEF	(14.082)	(50.192)	(11.406)	(33.909)
Outras despesas operacionais	(809)	(2.355)	(756)	(2.415)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(809)	(2.355)	(756)	(2.415)
Total	(14.891)	(52.547)	(12.162)	(36.324)

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2013		2012	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Benefícios de curto prazo	5.483	11.972	2.711	7.902
Proventos	3.981	8.726	2.019	5.960
Encargos Sociais	1.502	3.246	692	1.942

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

A provisão para benefícios a empregados possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Benefícios de curto prazo – natureza salarial” que apresenta o montante de R\$ 2.537.537 (31/12/2012 – R\$ 1.832.486 e 30/09/2012 – R\$ 2.169.106) na demonstração consolidada.

Provisão para benefícios a empregados			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/09/2012 (Nota 3 (s))
Benefícios de curto prazo	3.106.989	2.217.933	2.816.975
Natureza salarial	2.537.159	1.832.211	2.168.906
Participação dos empregados no lucro	569.830	385.722	648.069
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (f.1))	7.913.878	7.354.728	5.550.756
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	6.821.179	6.276.166	4.888.925
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	844.672	844.804	583.824
PREVHAB (cálculo atuarial)	39.942	47.570	43.476
Planos de benefícios – Previdência Privada	208.085	186.188	34.531
Total	11.020.867	9.572.661	8.367.731

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

- (i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF.
- (ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego.
- (iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.
- (iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.
- (v) A CAIXA administra os benefícios pós-emprego Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Plano de benefícios - Previdência privada**(b.1) REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

(b.4) Taxa de desconto aplicada

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2012, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 9,91% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.5) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,6	9,91	11,6	9,91	11,6
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41	2,41	2,89	2,89	2,89	2,89
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1	1	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5
Retorno real anual dos ativos do plano	9,91	11,3	9,91	11,3	9,91	11,3

Premissas Demográficas						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e	AT 2000 M e	AT 2000 M e	AT 2000 M e	AT 2000 M e	AT 83 M e
	AT 2000 F	AT 2000 F	AT 2000 F	AT 2000 F	AT 2000 F	AT 83 F

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
Descrição	REG/REPLAN	
	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(23.776.763)	(22.451.290)
Valor justo dos ativos do plano	24.513.741	22.825.334
Superávit/ (déficit) do plano	736.977	374.044
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	736.977	374.044
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	-	-

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
Descrição	REB	
	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(319.789)	(298.227)
Valor justo dos ativos do plano	230.878	213.017
Superávit/ (déficit) do plano	(88.911)	(85.210)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(88.911)	(85.210)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
Descrição	NOVO PLANO	
	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(285.144)	(243.880)
Valor justo dos ativos do plano	157.582	142.901
Superávit/ (déficit) do plano	(127.562)	(100.979)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(127.562)	(100.979)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(2.889.894)	-	(202.861)	-	(88.419)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	362.933	2.889.894	-	117.651	-	-
Total reconhecido	362.933	-	-	(85.210)	-	(88.419)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente	(15.289)	(2.186)	(44.032)
Responsabilidades dos participantes	-	-	29.807
Custo de juros líquido	360.263	(1.843)	(15.582)
Custo de juros	-	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	344.974	(4.029)	(29.807)
Administração do plano	-	-	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	344.974	(4.029)	(29.807)

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**(i) Principais premissas utilizadas**

Premissas utilizadas PREVHAB - %		
Descrição	2012	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,6
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,5	5,5
Retorno real anual dos ativos do plano	9,91	11,3

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
PREVHAB		
Descrição	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(47.082)	(47.121)
Valor justo dos ativos do plano	43.007	42.019
Superávit/ (déficit) do plano	(4.075)	(5.102)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(4.075)	(5.102)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)		
Descrição	PREVHAB	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(5.102)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	-	-
Total reconhecido	-	(5.102)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)	
Descrição	PREVHAB
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros líquido	1.027
Custo de juros	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	1.027
Administração do plano	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	1.027

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 6.821.179 (31/12/2012 – R\$ 6.276.166 e 30/09/2012 R\$ 4.888.925) e a despesa para o período acumulado até 30 de setembro de 2013 foi de R\$ 152.786 (30/09/2012 – R\$ 131.436).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas.

É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Premissas utilizadas SAÚDE CAIXA - %		
Descrição	2012	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,6
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,89	2,89
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	1,5	1,5
Taxa de inflação média anual	5,5	5,5
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	3,06	1,93
Tábua de mortalidade	AT2000M e AT2000OF	AT2000M e AT2000F

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
SAÚDE CAIXA		
Descrição	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(6.980.339)	(6.317.036)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Superávit/ (déficit) do plano	(6.980.339)	(6.317.036)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(6.980.339)	(6.317.036)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)		
Descrição	SAÚDE CAIXA	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(188.660)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	-	-
Total reconhecido	-	(188.660)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)	
Descrição	SAÚDE CAIXA
Custo do serviço corrente	(352.180)
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros líquido	(611.146)
Custo de juros	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	(963.326)
Administração do plano	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	(963.326)

(e) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2013 a agosto de 2014 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 472,12 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2013 a agosto de 2014 é de R\$ 367,92 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 854.862 (31/12/2012 – R\$ 627.977 e 30/09/2012 – R\$ 597.740) e a despesa para o período acumulado foi de R\$ 18.853 (30/09/2012 - R\$ 16.658).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Principais premissas – Auxílio e Cesta Alimentação - %		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	2012	2011
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,6
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,5	5,5
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	-	-
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(837.021)	(844.804)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Superávit/ (déficit) do plano	(837.021)	(844.804)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(837.021)	(844.804)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(216.827)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	-	-
Total reconhecido	-	(216.827)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)	
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros líquido	(75.413)
Custo de juros	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	(75.413)
Administração do plano	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	(75.413)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, operacional, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional e socioambiental incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são supervisionadas pela Superintendência Nacional de Administração Risco Corporativo, vinculada à Diretoria de riscos e à Vice-Presidência de Riscos.

As atividades realizadas visam assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos e de capital como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital Regulatório			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	73.462.946	56.328.755	49.135.625
NÍVEL I	40.910.253	28.689.489	25.101.991
Patrimônio Líquido	26.573.796	25.056.944	22.460.365
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	14.136.538	4.303.423	3.274.173
Reservas de Reavaliação	(407.673)	(423.165)	(453.130)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	-	(154.673)	(154.673)
Ativo Permanente Diferido	-	(2.425)	(5.852)
Ajuste ao Valor de Mercado	607.592	(90.615)	(18.892)
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-	-
NÍVEL II	33.556.468	28.689.489	25.101.991
Reservas de Reavaliação	407.673	423.165	453.130
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	21.733.429	15.984.974	12.613.786
Instrumentos de Dívida Subordinada	12.022.958	12.190.735	12.016.183
Ajuste ao Valor de Mercado	(607.592)	90.615	18.892
DEDUÇÕES DO PR	(1.003.775)	(1.050.223)	(1.068.357)
Ações emitidas por Instituições Financeiras	(1.003.182)	(1.048.975)	(1.067.193)
Participação em instituição financeira no exterior	(593)	(1.248)	(1.164)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	47.443.959	47.706.037	42.813.894
Risco de Crédito (PEPR)	45.115.029	45.140.008	40.526.291
Risco de Mercado – Carteira de Negociação (P _{JUR} , P _{COM} , P _{ACS} e P _{CAM})	156.101	563.901	285.475
Taxa de Juros – PJUR	156.101	563.901	285.475
Commodities – PCOM	-	-	-
Ações – PACS	-	-	-
Câmbio – PCAM	-	-	-
Risco Operacional (P _{OPR})	2.172.829	2.002.128	2.002.128
Risco de Mercado – Carteira de não negociação (R_{BAN})	3.721.249	2.473.008	1.704.447
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	22.297.738	6.149.710	4.617.284
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	17,03%	12,99%	12,62%

(c) Basileia III

Dando prosseguimento à implementação de Basileia III no Brasil, foram publicadas em 1º de Março de 2013 as Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.192, 4.193 e 4.195, referentes às novas regras prudenciais que deverão ser observadas pelas instituições a partir de 01/10/2013. Nas regras de Basileia III os componentes de gestão de capital, como Patrimônio de Referência – PR e Patrimônio de Referência Exigido – PRE, sofrem modificações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O PR continua correspondendo à soma do Nível I e do Nível II, contudo, o Nível I é segregado em Capital Principal e Capital Complementar, havendo adição de indicadores a serem observados, como o indicador de Nível I e de Capital Principal, além do Índice de Basileia. Haverá também necessidade de observação de outros indicadores como o Adicional de Capital Principal a partir de 2016.

$$PR = NívelII + NívelIII$$



$$PR = Capital Principal + Capital Complementar + NívelIII$$

O PRE, soma das parcelas de risco de crédito, operacional e mercado, exceto carteira de não negociação, passa a ser considerado diretamente como ativos ponderados pelo risco (RWA) para a apuração dos indicadores.

Gestão de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital e o Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital – ICAAP encontram-se implementados na CAIXA em atendimento à Resolução CMN nº. 3.988/11.

A Política de Gerenciamento de Capital, aprovada pela Alta Administração, é divulgada em normativo interno e contém procedimentos com o intuito de manter o capital compatível com os riscos assumidos.

Os Relatórios de Gerenciamento de Capital são encaminhados periodicamente ao Comitê de Riscos e de Capital englobando o Plano de Capital prospectivo aderente ao Plano Estratégico e ao Plano de Negócios.

A CAIXA considera que o processo de gerenciamento de capital deve abranger o monitoramento e controle do capital através da avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposta, inclusive de forma prospectiva, elaborando plano de capital em acordo com os objetivos estratégicos em cenários de normalidade e estresse. Assim, utiliza a gestão de riscos e de capital para a tomada de decisão em aderência às normas vigentes e melhores práticas de mercado.

Na avaliação de riscos são considerados os riscos de crédito, mercado, operacional, liquidez, taxa de juros (Rban), concentração, contraparte, reputação, estratégico e socioambiental

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de *Behavior Scoring* – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de *rating* nas demais

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra.

Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾			
Fatores de Risco	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
PRE	17.923	12.712	12.679
Cupom IPCA	11	5.985	112
Cupom SELIC	1	(3)	(3)
Cupom TR	3	6	5
VaR com ED	17.937	18.699	12.793

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III - mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework - Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Atualmente, a CAIXA mantém as exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (PCAM) protegidas por meio de operações de hedge com contratos futuros e operações de swap, o que resulta em uma exposição inferior a 2% do Patrimônio de Referência. Como consequência, a PCAM é igual a zero, nos termos da Circular BACEN nº 3.608/2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2012
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVO									
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.948.633	3.078.676	2.389.868	5.946.637	3.078.687	2.102.581	(1.996)	11	(287.287)
Aplicações em Operações Compromissadas	83.957.873	72.104.596	93.192.743	83.947.417	72.104.596	93.160.941	(10.456)	-	(31.802)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	155.253.053	138.383.189	125.519.366	156.390.269	146.598.518	132.202.883	1.137.216	8.215.329	6.683.517
Títulos para negociação	96.388.471	75.544.510	67.200.479	96.388.471	75.544.510	67.200.479	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	17.314.794	16.568.060	14.348.919	17.314.794	16.568.060	14.348.919	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	41.549.788	46.270.619	43.969.968	42.687.004	54.485.948	50.653.485	1.137.216	8.215.329	6.683.517
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	458.082.990	361.239.369	328.496.939	456.823.004	371.360.456	344.836.819	(1.259.986)	10.121.087	16.339.880
Comercial	161.955.379	124.413.843	109.540.268	169.776.369	139.088.074	127.776.605	7.820.990	14.674.231	18.236.337
Habitação	254.269.614	205.788.891	190.558.002	250.356.631	203.587.803	191.103.116	(3.912.983)	(2.201.088)	545.114
Infraestrutura/Desenvolvimento	33.279.197	23.536.769	21.890.185	28.111.204	21.184.713	19.448.614	(5.167.993)	(2.352.056)	(2.441.571)
Outros Créditos	8.578.800	7.499.866	6.508.484	8.578.800	7.499.866	6.508.484	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVO									
Captações de Recursos	145.244.688	108.012.976	94.424.794	144.205.783	112.068.153	96.508.281	(1.038.905)	4.055.177	2.083.487
CDB/RDB	72.435.351	59.009.782	54.733.532	71.578.763	59.025.575	55.258.124	(856.588)	15.793	524.592
LCI LH	69.445.219	45.876.511	39.691.262	69.227.551	49.480.872	41.250.157	(217.668)	3.604.361	1.558.895
Obrigações por TVM no Exterior	3.364.118	3.126.683	-	3.399.469	3.561.706	-	35.351	435.023	-
Captação em Operações Compromissadas	149.078.642	94.107.978	109.098.031	149.917.716	92.167.879	109.273.365	839.074	(1.940.099)	175.334
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	132.280.751	109.156.752	101.388.321	115.776.151	100.466.752	92.892.093	(16.504.600)	(8.690.000)	(8.496.228)
Exterior	1.526.432	40.803	5.282	1.529.838	43.560	2.524	3.406	2.757	(2.758)
Tesouro	36.334	34.231	33.830	37.598	35.471	34.760	1.264	1.240	930
FGTS	125.312.588	104.796.216	97.550.335	107.475.129	95.104.544	88.119.301	(17.837.459)	(9.691.672)	(9.431.034)
BNDES	4.156.805	2.526.878	2.367.832	5.589.895	3.636.129	3.434.362	1.433.090	1.109.251	1.066.530
Depósitos não remunerados	1.248.592	1.758.624	1.431.042	1.143.691	1.647.048	1.301.146	(104.901)	(111.576)	(129.896)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	36.977.813	28.452.993	27.889.010	26.477.819	26.953.028	28.141.155	(10.499.994)	(1.499.965)	252.145

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 28/03/2013, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475				
Instrumentos Financeiros – 30/09/2013				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(138.971)	(3.487.858)	(6.882.110)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(23.166)	(540.389)	(1.013.068)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(444.444)	(10.191.344)	(18.760.180)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(72)	(1.711)	(3.272)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais.

A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento;
- Processo de gerenciamento; e
- Divulgação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

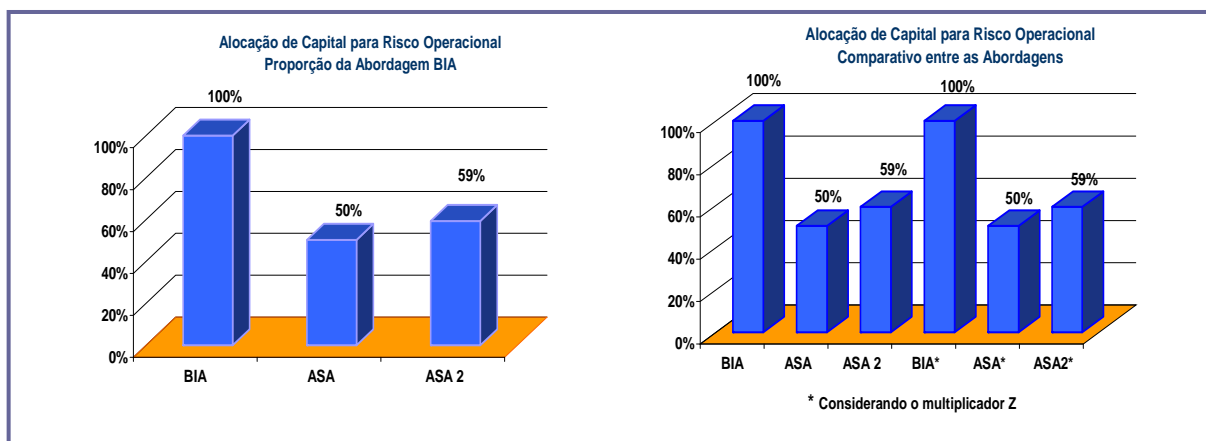
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional é formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria. O Processo de gerenciamento de Risco Operacional na CAIXA é composto pelas seguintes etapas: Identificar, Avaliar, Controlar/mitigar, Monitorar, e Reportar. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos. A divulgação de informações de Risco Operacional na CAIXA é definida segundo o objetivo e o público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008. Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:



Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional é regido pela Circular BACEN nº 3.647/13. A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas na Circular citada e em outros artigos e documentos de conhecimento comum com o mercado. O modelo interno busca explicar a alocação de capital como uma parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

Os requisitos mínimos para a candidatura ao uso do modelo interno são:

- Base de dados internos - Base de dados de ocorrências de perdas operacionais internas e que deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Base de dados de ocorrências de perdas operacionais externas que auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos com baixa frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios – Séries de tempo que refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – Opiniões de especialistas e gestores que permitem representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a área de Gestão de Risco Operacional, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Nota 34 – Outras informações**(a) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:**

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	30/09/2013	31/12/2012 (2)	30/09/2012
PIS (1) (3)	28.129.945	28.581.836	27.660.430
FGTS (1) (3)	59.981.790	46.787.221	40.930.484
FAR (1) (3)	15.536.605	8.058.235	7.183.664
FDS (3)	1.178.686	1.147.428	1.076.326
FAS	19.475	27.953	27.112
FGS	97.309	65.540	105.641
FGHAB	1.347.956	1.207.139	1.010.537
CCA	41.318	33.333	20.616
CCAM	20	17	12
FGCN	3.542.703	3.505.323	3.905.278
FCE	100	15	16
Total	109.875.907	89.414.040	81.920.116
FCVS (3)	(89.008.937)	(87.053.639)	(79.836.929)

(1) Posição de agosto de 2013.

(2) Posição de novembro de 2012.

(3) Posição de agosto de 2012.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (30/06/2012 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 164.283 (30/09/2012 - R\$ 159.832).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 35 – Eventos subsequentes

Em OUT/13, a CAIXA efetuou emissão de títulos denominados em dólar, visando o financiamento de suas operações ativas.

Foram colocados US\$ 1,250 bilhões, com prazo de 05 anos e remuneração de 4,651% ao ano. (cupom de juros de 4,50%)

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Geddel Quadros Vieira Lima
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada (“Consolidado”), que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN na elaboração de demonstrações contábeis intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório dos Auditores Independentes

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis intermediárias, que descreve que em 30 de setembro de 2013 a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 20.531 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 6.973 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.106 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 15.217 milhões, em 30 de setembro de 2013, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa conclusão não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20 às demonstrações contábeis intermediárias, que descreve que, em 30 de setembro de 2013, a CAIXA (individual e consolidado) possui R\$ 22.301 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 3.830 milhões. O valor líquido de R\$ 18.471 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa conclusão não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 30 de setembro de 2013, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A., possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2,7 bilhões, reconhecidos substancialmente com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos em 30 de junho de 2013 e aprovados pelo seu Conselho de Administração. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa conclusão não está modificada em função desse assunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado


Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes a períodos anteriores

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2012 e em 30 de setembro de 2012, e às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota 3(s), foram auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 14 de agosto de 2014 e 19 de novembro de 2013, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação, contendo ênfases sobre os créditos com FCVS e créditos tributários.

São Paulo, 19 de novembro de 2013

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-"F"-DF


Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE011803/O-8-"S"-DF